

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL & ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**SEGURANÇA ENERGÉTICA EUROPEIA: A CONVERGÊNCIA DA POLÍTICA
ENERGÉTICA**

LUCAS FERREIRA

OUTUBRO - 2024

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL & ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**SEGURANÇA ENERGÉTICA EUROPEIA: A CONVERGÊNCIA DA POLÍTICA
ENERGÉTICA**

LUCAS FERREIRA

ORIENTAÇÃO:

PROF. DOUTOR ANTÓNIO MENDONÇA

OUTUBRO - 2024

RESUMO

Esta dissertação explora as questões de segurança energética da União Europeia, focando na convergência e divergência da sua política energética, num contexto geopoliticamente incerto, causado pela invasão russa da Ucrânia em 2022. Este estudo propõe-se a examinar como a guerra desencadeou o acelerar da transição energética europeia e sublinha a dinâmica política e estratégia energética de cada Estado da aliança do Triângulo de Weimar – República Federal Alemã, França e Polónia – enquanto um caso de estudo para a mais alargada estratégia energética europeia.

Através de uma metodologia analítico-descritiva, esta pesquisa avalia o alinhamento da política energética dos membros da União, particularmente em matéria de projetos de renováveis. Apontando por um lado para uma resposta conjunta em termos do esforço de redução da quota de mercado russa e, por outro, para a divergência de prioridades nacionais, em alguns casos, colocando entraves à convergência geral da União em matéria energética.

Para além disso, esta dissertação apresenta a ligação entre o alcance de objetivos de política climática e de segurança energética, mostrando que, os investimentos em energias renováveis e a imposição de medidas climáticas, oferecem claros ganhos à Europa, melhorando a sua resiliência energética através de uma redução na necessidade de importação externa. O que analisamos, sugere que enquanto a União avança claramente na sua transição energética, convergindo politicamente, as divergências nacionais continuarão a boicotar os esforços e a velocidade de adaptação do bloco político europeu.

Palavras-Chave: Economia Internacional; Segurança Energética; Política Energética; Política Climática; Transição Climática; Convergência Energética; Política Europeia; União Europeia; Metodologia Analítico-Descritiva;

ABSTRACT

This dissertation explores the issues of energy security within the European Union, focusing on the convergence and divergence of its energy policy, in a geopolitically uncertain context, caused by the Russian invasion of Ukraine in 2022. The study aims to examine how the war has triggered an acceleration in the European energy transition and highlights the political dynamics and energy strategies of each state within the Weimar Triangle alliance—Germany, France, and Poland—as a case study for the broader European energy strategy.

Through an analytical-descriptive methodology, this research evaluates the alignment of the EU member states' energy policies, particularly in the area of renewable energy projects. It points to a collective response in reducing the European market's dependence on Russian energy, while also identifying national priorities that, in some cases, pose barriers to overall policy convergence within the Union.

Moreover, this dissertation establishes the link between achieving climate policy goals and enhancing energy security, showing that investments in renewable energy and climate measures offer clear benefits to Europe by improving its energy resilience and reducing external energy dependencies. The analysis suggests that while the EU is advancing in its energy transition, converging politically, national divergences will continue to hinder the Union's efforts and slow the speed of adaptation within the European political bloc.

Key Words: International Economics; Energy Security; Energy Policy; Climate Policy; Climate Transition; Energy Convergence; European Policy; European Union; Analytical-Descriptive Methodology;

AGRADECIMENTOS

Te Deum laudamus. Te Dóminum confitémur. Graças, Te dou, pelos dons necessários para a conclusão deste objetivo, fruto do meu trabalho. Que Te seja digno.

Ao meu orientador o Professor António Mendonça, por todo o apoio nestes meses e orientação.

À minha orientadora de estágio a Dr. Maria Raquel Martins, sem a qual nunca teria as capacidades de chegar a este tema.

Aos meus pais, avós e familiares, por sempre acreditarem em mim e cujos esforços de vida me permitiram ingressar na faculdade.

Ao meu irmão, sempre chato.

Aos meus colegas de faculdade, em particular ao João Vieira, à Francisca Sardoeira e à Maria José pelas noitadas e dicas.

Aos meus colegas de estágio, à Rita Cavaco, à Débora Toureiro, à Beatriz Costa e ao António Moita.

Índice

LISTA DE ACRÓNIMOS	5
LISTA DE FIGURAS.....	6
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1. A QUESTÃO DA SEGURANÇA ENERGÉTICA EUROPEIA:	
REVISÃO DE LITERATURA.....	9
1.1. ORIGENS DA DEPENDÊNCIA ALEMÃ.....	9
1.2. ZEITENWENDE	12
1.3. SÍNTESE E CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	16
CAPÍTULO 2. GEOPOLÍTICA:	
ALTERAÇÃO DOS FLUXOS DE COMÉRCIO E CONSEQUÊNCIAS	17
2.1. GEOPOLÍTICA DOS FLUXOS DE COMÉRCIO.....	17
2.2. RESPOSTA POLÍTICA	19
2.3. CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS	26
2.4. SÍNTESE E CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	30
CAPÍTULO 3. SEGURANÇA ENERGÉTICA:	
CONVERGÊNCIA DA POLÍTICA ENERGÉTICA.....	32
3.1. LIGAÇÃO ENTRE GANHOS DE TRANSIÇÃO E SEGURANÇA	32
3.2. CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA ENERGÉTICA	34
3.3. SÍNTESE E CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	38
CONCLUSÃO	39
ANEXOS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

LISTA DE ACRÓNIMOS

CO2 – Dióxido de Carbono

EM – Estado-Membro

EUA – Estados Unidos da América

GHG – Gases de Efeito Estufa

H2Med – Hidrogénio para o Mediterrâneo

IMF – Fundo Monetário Internacional

kWh – quilowatt-hora

LNG – Gás Natural Liquefeito

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCI – Projetos de Interesse Comum

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Primeiro-Ministro

PMI – Projetos de Interesse Mútuo

PR – Presidente da República

RFA – República Federal Alemã

UE/EU – União Europeia/*European Union*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. – Alteração da quota de participação em exportações russas dos seus principais parceiros (2021)

Figura 2. – Variação entre 2019 e 2023 dos principais destinatários atuais (2023) de exportações russas

Figura 3. – PCI-PMI: Eletricidade e Eletricidade Inteligente; Campos Energéticos *Offshore*

Figura 4. – PCI-PMI: Hidrogénio e Eletrólitos

Figura 5. – PCI-PMI: Redes de CO2

Figura 6. – PCI-PMI: Trans Adriatic Pipeline

Figura 7. – PCI-PMI: Gás Natural e LNG

Figura 8. – PCI-PMI: Corredor H2Med e Península Ibérica

INTRODUÇÃO

A invasão russa da Ucrânia de 2022 desencadeou uma profunda reavaliação da estratégia de segurança energética europeia, alterando as prioridades estratégicas da União e expondo a dependência continental em fornecedores externos, principalmente a Rússia. Esta nova realidade geopolítica colocou o desafio da segurança energética no centro das discussões políticas europeias fomentando a transição energética iniciada a largos anos e revelando as vulnerabilidades das estratégias nacionais dos seus Estados e da União como um todo.

Esta dissertação propõe-se a investigar até que ponto existe convergência ou divergência de política energética da União, particularmente à luz da aceleração da transição, proposta pela Comissão Europeia devido às atuais tensões geopolíticas. Especificamente, vem focar-se na aceleração do processo de transição energética, envolvendo os processos: de descarbonização, redução da necessidade de importação externa e investimentos em energias renováveis.

Uma das questões centrais que se procura examinar é o alinhamento político dos seus atores, de forma a compreender até que ponto os interesses nacionais afetam o esforço coletivo da União. A dinâmica política dos seus atores mais centrais – a República Federal Alemã, França e Polónia, representados no Triângulo de Weimar – enquanto caso de estudo refletindo a mais ampla estratégia energética do bloco europeu, dadas as suas formas diferentes de interagir com esta nova realidade.

Para além das dinâmicas políticas, este estudo está focado na relação entre política climática e segurança energética, analisando como a aposta europeia em energias renováveis, impacta a sua autonomia estratégica. Pelo que a ambição europeia de se tornar o líder mundial em matéria climática e de sustentabilidade está intrinsecamente ligada à necessidade de segurança energética do bloco. Os renováveis, enquanto fontes de energias são, tanto por um lado uma fonte de emissões reduzidas, como a chave para a autonomia estratégica da Europa. Olhando, assim, para o crescimento das iniciativas transnacionais renováveis, a pesquisa explora os esforços coordenados entre os vários Estados-Membros no desenvolvimento de infraestruturas comuns, dado conta o contexto divergente em prioridades nacionais.

Utilizando uma análise metodológica analítico-descritiva, esta dissertação aproveita: documentação oficial; literatura académica; dados quantitativos; e outros *papers*. De forma a enquadrar a transição energética europeia neste novo contexto de choques geopolíticos e na nova natureza do mercado global de energia com os objetivos de: compreender o ponto de convergência ou divergência das políticas energéticas dos Estados da União; explorar a interligação entre política climática e segurança energética; examinar como a dinâmica entre os membros do Triângulo de Weimar dão prova dos pontos de cooperação e tensão dentro da União

mais ampla; e analisar se a guerra da Ucrânia pode ser colocada enquanto um efeito catalisador de aceleração da transição energética do bloco, contribuindo para uma maior aproximação de política energética.

Em suma, esta dissertação procura contribuir para a compreensão da complexidade política, económica e securitária associada ao processo de transição energética, enfrentada pela União Europeia nas suas ambições de alcançar a neutralidade climática em 2050 num oceano de divergência de interesses nacionais e pressões internacionais.

A relevância desta dissertação reside na análise crítica das respostas da União Europeia à crise energética desencadeada pela guerra da Ucrânia, num momento de grandes mudanças no cenário global. Ao investigar as tensões entre políticas nacionais e objetivos comuns na transição energética, este estudo oferece uma visão necessária para entender como a União pode equilibrar a sua busca por uma real autonomia estratégica com as suas metas de liderança climática. Assim, a dissertação contribui para o debate atual sobre segurança energética e sustentabilidade no bloco europeu.

CAPÍTULO 1. A QUESTÃO DA SEGURANÇA ENERGÉTICA EUROPEIA: REVISÃO DE LITERATURA

A invasão da Ucrânia pela Rússia alterou fundamentalmente o panorama securitário da energia europeia, expondo as vulnerabilidades da lógica de dependência do continente face à energia russa.

Este capítulo aborda as origens e o desenvolvimento histórico dessa dependência energética, com ênfase na República Federal Alemã (RFA) enquanto maior economia do continente europeu, e contextualiza a evolução das políticas europeias em resposta às mudanças geopolíticas, que vieram alterar significativamente as dinâmicas energéticas internacionais e forçar à adaptação europeia. À medida que os Estados Unidos da América (EUA) diminuam a sua dependência do mercado do Médio Oriente. As nações europeias, como a RFA, são assim forçadas entre duas paredes, a de resolver os problemas de segurança energética e fornecimento, advindos das tensões no mercado, e de gerir os riscos geopolíticos regionais: um desafio cujo esforço seria testado com o agravamento das tensões no leste europeu.

Neste sentido, são examinadas as principais cimeiras e discussões de segurança energética da UE, que culminaram na busca por uma política de transição e diversificação de fontes, incluindo um maior foco em energias renováveis e na integração do mercado energético europeu. Através do exemplo do Estado alemão, o maior e mais central na lógica da União Europeia/European Union (UE/EU) afetado pela crise energética, desenvolvemos o discurso e racional aceite pelos seus parceiros imediatos no leste europeu, igualmente afetados pela dependência em energia russa.

Por fim, discute-se o impacto da chamada *Zeitenwende*, a mudança de paradigma na política externa e de segurança da RFA após a invasão russa, e as suas consequências para a reestruturação da política energética europeia. Através deste estudo, pretende-se clarificar a complexidade das interações entre segurança energética, políticas de transição climática e a redefinição das relações internacionais no contexto de um mercado global em transformação.

1.1. ORIGENS DA DEPENDÊNCIA ALEMÃ

Para compreender a situação internacional atual, somos obrigados a compreender os pontos da história que culminaram nesta situação. Desta forma, faz sentido começarmos a discussão naquele que foi dos avanços tecnológicos mais importantes no campo da energia fóssil, com o qual podemos encontrar uma alteração completa na lógica do mercado energético internacional, a “*Shale Revolution*” (Brown e Yucel, 2013):

The “Shale Revolution” refers to the combination of hydraulic fracturing and horizontal drilling that enabled the United States to significantly increase its production of oil and natural gas, particularly from tight oil formations. This new production capacity has reduced the United States’ dependence on oil imports from overseas and continues to provide an important economic boost as the country recovers from the 2008 recession.

Em 2013, o fenómeno da *Shale Revolution* levou a uma discussão sobre o conceito, muito recente na altura, de segurança energética, pairando sobre a questão da instabilidade do Médio Oriente, devido a uma redução na procura mundial de petróleo e gás natural por parte dos EUA, numa tentativa de reduzir a exposição da economia norte-americana a um crescente problema de dependência energética (Brown e Yucel, 2013).

Neste sentido, os Estados-Membros (EM) da UE viram-se obrigados a considerar uma possível rotura no mercado energético do Médio Oriente, conduzindo ao consenso na necessidade de investimento em energias renováveis e infraestruturas críticas acompanhadas de uma diversificação de fornecedores para a Europa num todo, antevendo uma situação precária (MSC, 2013).

Notaram-se também reservas muito fortes quanto à possibilidade de exploração petrolífera no próprio continente europeu ou de depósitos de “*shale gas*” considerando que essa alternativa poderia em parte boicotar os esforços de “*energy turnaround*” na Europa. Especialistas asseveraram que uma política energética coesa e credível a nível europeu seria um requisito essencial para assegurar a segurança energética do bloco (MSC, 2013).

Em 2014, a “*shale revolution*” nos EUA e a instabilidade na Ucrânia causada pela ocupação da Crimeia pela Rússia culminaram na subida da importância atribuída às questões de política energética, segurança energética e fornecimento energético tanto nos planos nacionais como internacionais (MSC, 2014). A *shale revolution* e a geopolitização das linhas de fornecimento energético, vieram, moldar a lógica dos mercados globais de energia e dos centros económicos, conduzindo a uma subida da relevância destes assuntos numa perspetiva securitária, tudo isto exacerbado por uma crescente procura mundial de energia (Goldthau, 2019).

A questão de segurança energética europeia, num ambiente dominado pela instabilidade geopolítica, pelas sanções contra Moscovo e a subida de preços, culmina assim numa real prospeção de construção de uma espécie de união para a energia (DGAP, 2015).

A discussão sobre a criação desta União Energética é pertinente sendo vista como imperativa para a UE na definição de uma estratégia comum para o mercado da energia. Capaz, por um lado, em dar certezas aos privados de que esta integração lhes seria benéfica e de apresentar como uma perspetiva regionalista e de integração flexível seria a melhor forma de fazer face às várias contradições entre os diversos interesses energéticos nacionais, de forma que EMs mais *avanguard* fossem capazes de avançar com a construção deste mercado que viria, posteriormente, a ser integrado pelos restantes sendo que “*this “multi-speed integration” in the European energy market was both possible and much-needed.*” - Dr. Carsten Rolle (DGAP, 2015).

A crise na Ucrânia figura assim como uma oportunidade de avanço na questão de segurança energética da UE para a criação do mercado comum energético. Dietmar Brockes (DGAP, 2015) comenta ainda a

necessidade de liberalização do setor e a integração dos EMs mais centrais no seio da União, os Benelux, França e RFA, nesta lógica de mercado. Considera-se que a divergência de posições nacionais será sempre o maior entrave ao processo de integração sendo a liderança da Comissão Europeia central para assegurar o sucesso do processo.

Relativamente à Rússia considera-se, nesta altura, ter um papel central na segurança energética da Europa, sendo inegável a centralidade do gás russo barato para um mercado europeu com poucas possibilidades de diversificação. A introdução de sanções contra Moscovo é, assim, vista como um bloqueio ao restabelecimento da confiança entre Berlim e Moscovo figurando como um perigoso motor de securitização do setor. Considerando o levantamento das mesmas algo extremamente difícil para os políticos europeus, a realidade é que *“there were no feasible alternatives to energy imports from Russia.”* - Dr. Kirsten Westphal (DGAP, 2015).

Na mesma ótica, o Dr. Elkhan Nuriyev (DGAP, 2015) descreve a Rússia enquanto objetivamente a melhor opção de fornecedor de energia, tendo em conta que todas as alternativas seriam demasiado inconsistentes ou demasiado caras para justificar qualquer investimento. No entanto, que qualquer diálogo com Moscovo nunca se poderia basear apenas na realidade de mercado, mas em considerações geopolíticas em que *“the EU would need to come to terms with the fact that Russia pursues interests different from its own”* (DGAP, 2015). Uma possível solução, seria a criação de uma instituição internacional de energia, criando um espaço nivelado onde produtores e importadores pudessem reduzir os riscos associados ao mercado.

Entrando em 2016, as discussões estavam estabelecidas na premissa de que os governos, bem como outros atores no mercado energético, têm todos os incentivos para explorar o papel da energia no campo dos desenvolvimentos geopolíticos atuais. Por um lado, pelo facto de ser simplesmente impossível encarar o mundo sem compreender a lógica energética mundial, e por outro, porque se compreende que todos os desafios securitários internacionais são impactantes de qualquer tentativa de avanços em termos de política energética (MSC, 2016).

Existem inúmeros exemplos contemporâneos da relação entre política externa e energia: – as crises financeiras na Nigéria e Venezuela devido à descida dos preços no petróleo; – o Iraque, onde petróleo é uma questão central em matéria de segurança do próprio Estado; – ou as violações do Direito Internacional na Ucrânia pela Rússia, que colocam a segurança energética enquanto assunto de máxima importância nas capitais europeias. Um mundo que neste momento enfrenta um “cocktail de desafios securitários” obriga-nos a olhar para o papel da energia na geopolítica de uma forma sem precedente (MSC, 2016).

Esta situação geopolítica volátil e imprevisível é sem precedente ao considerarmos a realidade de ininterrupto crescimento económico geral dos últimos 25 anos quase antitéticos às constantes recessões económicas, Estados falhados e recorrência ao protecionismo generalizado. Um paradoxo de uma globalização cada vez mais assente em políticas nacionalistas, que apenas vêm exacerbar a volatilidade dos mercados e uma sensação de fragilidade na ordem internacional (MSC, 2016).

O panorama energético internacional, sempre em contante mudança, é também ele fruto dos tempos. Pelo que a *shale revolution* norte-americana, serve enquanto lembrete para a natureza imprevisível do mercado da energia. Para além disso, o aumento no consumo de energia na Ásia levando consigo a atenção dos principais fornecedores mundiais, colocam a Europa numa situação precária (Goldthau, 2019).

1.2. ZEITENWENDE

No dia 24 de fevereiro de 2022 foi iniciada a invasão militar em larga escala da Ucrânia pela Federação Russa. Esta escalada para guerra aberta é o resultado de um acumular de tensões na região passando pela Revolução da Dignidade na Ucrânia em 2014 e a sequente anexação da Crimeia pela Rússia no mesmo ano, a ocupação da região do Donbass por milícias pró-russas e a possível entrada da Ucrânia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

Em geral, as reações internacionais são caracterizadas por um choque geral a algo inimaginável pela maioria dos teóricos e académicos. Mas para a Europa, a invasão tornou-se num marco histórico para o continente, levando à mudança de posição de países historicamente neutros como a Suécia e a Finlândia e a uma mudança na política externa da UE e dos seus EMs.

Das reações mais impactantes à invasão, é importante a considerar no contexto geral da alteração do plano securitário europeu, terá de ser a de 27 de fevereiro de 2022 quando Olaf Scholz e o governo alemão anuncia uma mudança de rumo da política externa e de segurança em resposta à invasão russa da Ucrânia. Esta mudança, apelidada de *Zeitenwende*, termo, traduzido por fontes oficiais do governo enquanto “ponto de inflexão”, no original alemão vem apelar a um “virar nos tempos”, uma mudança histórica de Era em termos de geopolítica. Considerando que, depois de anos de abandono das forças armadas e de ingenuidade no seu posicionamento internacional, a RFA deveria enfrentar os desafios da mudança dos tempos, salientando cinco pontos-chave na resposta de Berlim às incursões de Moscovo, conhecidas como *Zeitenwende*: – o apoio total à Ucrânia na defesa da sua liberdade e democracia; – a redução da dependência em energia russa e a contínua aproximação aos objetivos climáticos da UE; – uma postura mais exigente relativamente à ameaça autocrática russa; – o fortalecimento do papel da RFA na UE e na NATO; – o rearmamento da RFA capacitando-a de se autodefender.

Internamente esta postura teve uma receção extremamente positiva pelo público alemão, com uma taxa de 78% de aprovação das propostas, considerando a crescente desconfiança em relação a Moscovo, no *build up* de 2014. Em termos reais vemos serem anunciadas várias medidas na perspetiva de modernização das forças armadas alemãs e na tomada de posições mais firmes relativamente à forma como as forças alemãs atuariam no projeto de defesa comum da NATO e na Europa. Estas medidas passam principalmente pelo

investimento de 100 mil milhões de euros na *Bundeswehr* excedendo os 2% do PIB previstos pela NATO, isto contra a posição tradicional do Partido Social Democrata alemão (SPD). Outras medidas envolvem o desenvolvimento de um sistema de defesa aérea comum europeu e de um Conselho Europeu de Ministros da Defesa abrindo as portas para a tão aguardada Força de Reação Rápida, antevista para 2025. Scholz considerou, ainda, necessária uma mudança intrínseca nas instituições e políticas europeias, passando por reformas tanto no funcionamento da Comissão Europeia como na composição do Parlamento Europeu, de forma a serem facilitadas tomadas de decisão cruciais para mudanças, não apenas em política económica ou fiscal, como em matérias de migração, asilo e indústria, sem o sacrifício da representatividade dos EMs (Janning, 2024).

Para além destas alterações no Orçamento de Estado foram enviadas, até setembro de 2022, peças de artilharia e sistemas de defesa terra-ar, bem como outras armas ligeiras, para a Ucrânia. No entanto, é importante notar o atrasar do envio de armamento pesado, devido à postura cautelosa do governo alemão, apesar da crítica dos restantes aliados da NATO.

Esta postura viria a ser ligeiramente alterada no início de 2023, com o envio de mais sistemas de defesa terra-ar e de carros de combate. O envio de blindados seria apenas aceite, semanas mais tarde, depois de várias críticas pelo governo polaco que teria enviado os seus próprios blindados para a Ucrânia.

Algo importante compreender, considerando a tão real anterior aproximação entre o bloco europeu e Moscovo, apesar da sempre presente tensão política entre ambos, é de que forma um abandono tão drástico da aproximação económica e energética pôde ser racionalizado pelo Kremlin.

Para compreender o racional russo que justifica, aos seus olhos, uma nova invasão do território ucraniano somos obrigados a considerar as diferenças em termos de fundamentação estratégica entre Moscovo e Bruxelas.

Em parte, porque, embora a Rússia seja apontada como ponto de referência em discussões dentro da UE sobre “soberania estratégica” – nomeadamente em relações de segurança energética – esta postura é, tradicionalmente, desvalorizada pela própria Rússia devido a uma compreensão de soberania ainda baseada na sua lógica do século XVII (Romanova, 2022).

As estratégias adotadas por Putin demonstram a clara importância colocada na soberania do Estado russo, enquanto pilar central da política externa russa e a sua dialética circundante. A qual continua muito tradicional quando comparada com os desenvolvimentos da UE em matéria de securitização (Breton, 2020 e Draghi, 2019), creditados ao Presidente da República (PR) francês Macron em 2017 (Macron, 2017a e 2017b).

Primeiro, é necessário compreender que a ideia de soberania russa continua, basicamente, igual à sua definição primordial do século XIX. Isto é, a de um soberano enquanto representante supremo de um Estado, e enquanto autoridade máxima deste. Esta compreensão baseada no Congresso de Viena, de monarcas enquanto decisores unilaterais de fronteiras e territórios vem assim em detrimento da noção de soberania

popular, embora Moscovo faça questão de a utilizar enquanto argumento no campo internacional (Moscovo, 2022).

O conceito de soberania estratégica da UE é também encarado enquanto diferente da soberania popular sendo esse o foco dos próprios EMs. Esta incoerência de princípio – e ambiguidade de aplicação entre EMs na Política Externa da UE – impede Moscovo de compreender a natureza securitária da UE (Romanova, 2022). A ambiguidade de soberania e independência tecnológica e económica da UE, contrastando com os objetivos de exportação de valores e normas, através do poder normativo da UE, impedem, assim, a liderança russa de cooperar na sua forma mais tradicional com a UE.

Isto é basilar em compreender a ausência de aprofundamento das relações, visto que todas as discussões relacionadas com a soberania estratégica da UE têm sido guiadas por normas e valores. Por um lado, através da *standard setting* normativa em áreas como inteligência artificial e do ciberespaço (Vestager, 2020). Por outro, através de mecanismos mais tradicionais de exportação valorativa além-fronteiras da UE. Desta forma a Rússia não encontra nada de novo de que possa lucrar com o aprofundamento das relações políticas com a UE, estando já incluída na Parceria UE-Rússia e Acordo de Cooperação e, na prática em todas as relações UE-Rússia. Fruto de tudo isto, a Rússia tem verificado uma crescente aproximação em termos de *technical standards* aos da UE, acompanhada de uma, crescente afronta à exportação valorativa de Bruxelas, que continua a tratar Moscovo num discurso arrogante e desigual (Bildt, 2018) (Romanova, 2022).

Esta afronta russa à ordem normativa promovida pela UE teve a sua expressão mais significativa quando dois consecutivos Presidentes da Comissão (Juncker, 2018 e Von der Leyen 2020), bem como outros altos dirigentes da UE tornaram o discurso de soberania da União num fundamentado pela manutenção da ordem democrática liberal e de mercado, do Ocidente, e a exportação dos seus valores, integrando esta noção de forma mais pertinente no discurso da UE. Contrapondo, a política externa russa coloca no centro das suas preocupações a noção de igualdade no campo internacional pelo que a ligação entre soberania e valores do discurso europeu levam, assim, ao natural afastamento russo dessa categoria.

Em suma, três pontos levaram à desvalorização da soberania da UE pela Rússia:

Em primeiro, a própria definição de soberania dos blocos, com uma perspetiva tradicional de raízes no século XVII e de desenvolvimentos acentuados no século XIX, russa, contrastando com a perspetiva liberal pós-moderna da UE.

Segundo, com a incapacidade de atuação internacional ou independência militar da União, impeditivo a Rússia de formar uma lógica de balança de poder ao estilo do século XIX, a que procura retornar (Romanova, 2022).

Terceiro e final, a ligação da noção de soberania estratégica da UE com atuação normativa e centrada em valores que tem moldado as relações entre a UE e a Rússia desde 1990, da qual a Rússia sempre foi abertamente contra (Romanova, 2022).

A utilização da energia enquanto chantagem pela Rússia na sua invasão da Ucrânia traduziu-se numa crise energética mundial sem precedente: com o seu epicentro na Europa, e qualquer entendimento da Rússia

enquanto parceiro fiável destruído (IEA, 2022a). O resultado é a redefinição do baralho de cartas de fluxos comerciais interpretados numa lente securitária e geopolítica ao invés de pôr uma lógica tradicional de mercado. Com a securitização do mercado energético, e a transição do mesmo para o futuro verde, a China, enquanto dominante no mercado de renováveis, é a principal vulnerabilidade emergente para as democracias liberais.

A fundamentação alemã para a aproximação das relações energéticas com a Rússia durante décadas baseou-se em dois pilares: a lógica de mercado de preço mais baixo e na perceção da Rússia enquanto parceiro fiável a longo prazo mesmo em situação de detrimento das relações com o Ocidente, com a energia a providenciar uma espécie de ponte na melhoria de relações políticas (Romanova, 2022). Esta posição, altamente criticada pela maioria dos especialistas na Europa e partilhada por outros parceiros políticos, de expectável dominância energética russa em nada impediu a crescente dependência do bloco, mesmo após a anexação da Crimeia por Moscovo. Pelo que entre 2005 e 2010, a quota de importação de gás russo rondava os 30%, subindo para os 40% entre 2015 e 2020 (IEA, 2022a).

A invasão da Ucrânia e a chantagem energética contra a Europa, vêm apenas confirmar os medos destes especialistas e expor da pior forma a falaciosa natureza de uma política energética de colaboração com o Kremlin. Pelo que a ideia de pseudo-externalidade positiva de valores democráticos para leste confirma-se enquanto incapacitada quando confrontada com a agenda revisionista do Estado russo (Khakova, 2022), para o qual o risco de perder o seu principal parceiro de mercado não o fez pensar duas vezes antes de abusar dessa relação. No entanto, dado o peso internacional russo enquanto *“the world’s largest exporter of fossil fuels,”* (IEA, 2022a) não é propriamente fácil às democracias liberais impor sanções com um peso significativo (McWilliams, Tagliapietra e Zachmann, 2022).

Nos meses anteriores ao início da guerra, a Rússia já tinha colocado todos os mecanismos em movimento para assegurar uma bem-sucedida chantagem energética da UE bloqueando *“at least one-third of the gas it could [have] sent to Europe.”* (Biol, 2022). Depois da fase inicial da invasão, temos o corte progressivo de exportações para o espaço da UE, primeiro com um bloqueio das exportações para a Polónia e para a Bulgária estendendo-se para outros países durante o verão (Blas, 2022a; Corbeau e Rivota, 2022 e Cooban e Pavlova, 2022). O culminar das sanções europeias e cortes russos traduziram-se, então, num período particularmente negro para os setores energéticos das economias europeias (Romanova, 2022).

Por toda a Europa, a intervenção estatal nos mercados do gás e da eletricidade e os apoios às indústrias e famílias foram suficientes para atenuar parte dos impactos da subida dos preços (Goldthau e Sitter, 2022) (Sgaravatti, Tagliapietra e Zachmann, 2022). Num contexto geopolítico, o perigo de uma resposta diluída à ameaça russa, devido a questões de dependência energética não se materializou, com os parceiros ocidentais unidos, na sua maioria. Levantam-se, no entanto, questões de instabilidade social e outros pontos de fricção dentro da UE, com fações erodidas do seu apoio à Ucrânia (Romanova, 2022).

Mesmo com a descida dos preços do gás para a sua “normalidade”, ainda que altos, a competitividade do espaço europeu continua em pressão (Economist, 2022), com medidas nacionais de cariz protecionista a

crescer por todos os lados, muitas vezes em antítese ao estabelecido no mercado interno e colocando cada vez mais de parte qualquer solução mais continental ou federalista (Breton e Gentolini, 2022).

1.3. SÍNTESE E CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Em conclusão, a dependência energética alemã da Rússia não é o mero resultado de pragmatismo económico, estando intimamente ligada a diversas considerações geopolíticas. Internamente, divisões políticas na própria RFA refletem as mais abrangentes tensões europeias e transatlânticas, realçando a complexidade em equilibrar benefícios económicos e problemas securitários. É importante lembrar que, com a evolução dos mercados da energia, as decisões do Estado alemão continuaram a ser centrais na definição e alinhamento das tendências geopolíticas europeias e no moldar da segurança energética da UE.

Adicionalmente, a *Zeitenwende*, ou “virar de rumo”, trouxe ao de cima a realização da irreversibilidade da quebra do status quo do pós-guerra fria na Europa em matéria de segurança e energia, através da compreensão do racional russo e do contraste dos objetivos estratégicos de Moscovo em relação à UE que culminam aqui após décadas de tensão e inimizade mútua nos discursos dos seus líderes.

O conflito na Ucrânia vem, assim, expor os perigos inerentes da confiança desmedida em Moscovo por parte dos seus parceiros ocidentais, forçando à rápida transição continental para uma diversificação energética, com novos desafios geopolíticos regionais inerentes, que iremos explorar adiante. Desafios que a Europa terá de enfrentar com rapidez e assertividade se quiser evitar uma verdadeira crise, numa altura em que o euroceticismo cresce em praticamente todos os seus EMs.

A resposta coordenada da UE, embora significativa, continua, assim, a enfrentar desafios na implementação de uma política unificada, refletindo as tensões entre interesses nacionais, a segurança comunitária, sustentabilidade e resiliência energética do bloco, a longo prazo.

CAPÍTULO 2. GEOPOLÍTICA: ALTERAÇÃO DOS FLUXOS DE COMÉRCIO E CONSEQUÊNCIAS

A guerra na Ucrânia e o subsequente corte das relações energéticas entre a União Europeia e a Rússia resultaram na redefinição dos fluxos de comércio energético globais. Este capítulo analisa como a Europa se ajustou a estas alterações, a nível interno com o desenvolvimento da aliança política do Triângulo de Weimar, entre a França, Polónia e RFA, de forma correlacionar o esforço político dos três principais atores continentais no apoio à Ucrânia com o pressuposto discurso geral da União, tendo em consideração o alinhamento político dos EMs e as suas reservas nas matérias negociadas., abordando as novas alianças energéticas e o impacto global dessa reconfiguração.

A abordagem analítico-descritiva utilizada metodologicamente, explora documentos oficiais da UE, relatórios de agências internacionais, e dados quantitativos relacionados ao comércio energético. O estudo utiliza, também, projeções económicas para avaliar os efeitos da crise nas relações internacionais e no equilíbrio de poder energético entre blocos como a UE, a Rússia, a China e os EUA. A integração desta análise permite entender como a redistribuição de fluxos energéticos não só molda as políticas nacionais dos EMs, mas também gera novas dinâmicas de dependência e autonomia energética.

2.1. GEOPOLÍTICA DOS FLUXOS DE COMÉRCIO

Os efeitos desta guerra energética estendem-se muito para além das fronteiras do velho continente, pelo que a procura pela substituição das redes de gasodutos com a Rússia, por outros fornecedores, tinha de acontecer a qualquer custo, levando a falta de energia e cortes gerais em eletricidade em países como o Paquistão e o Bangladesh (IEA, 2022b), deteriorando em muito as relações da UE com estes países. Com um crescente estreitar de relações com estes mercados ao longo dos anos, é expectável que um vale mais acentuado se venha a criar entre a Europa e Estados de baixo rendimentos, impedindo uma resposta conjunta à agressão russa. Um pouco do que é possível verificar em África (IEA, 2022a).

A improbabilidade de serem restabelecidas as relações energéticas entre a Rússia e a Europa tornam natural um repartir das redes mundiais em matéria de combustíveis fósseis, com um aproximar de Moscovo e Pequim (ver anexo, Figura 1. e 2.), nesta matéria, e entre a UE e os EUA. Podemos, então, concluir que as novas linhas do mapa do mercado energético, seguem as próprias linhas definidas geopoliticamente, embora

a divisão “democracia *versus* autocracia” tenha a nuance relativa ao Médio Oriente, onde podemos encontrar *players* importantes para ambos os blocos. Para além disso estima-se que o comércio energético entre a Austrália e EUA com a China se mantenha inalterado.

Para a Rússia, os preços mais baixos praticados nos mercados asiáticos não permitem escoar todo o seu excedente para exportação (Brower e Sheppard, 2022), uma situação preocupante quando adicionamos a previsão de vários especialistas da possibilidade das exportações da América do Norte ultrapassarem as russas antes de 2030 (Cahill, 2023), com o Médio Oriente a compensar o vazio deixado pela Rússia no mercado (IEA, 2022a). A procura global por combustíveis fósseis, liderada pela Índia e China colocará mais pressão sobre o Médio Oriente aumentando a importância estratégica da região no estabelecimento de relações políticas e económicas mais fortes (Pe’er, Graham e Bhusari, 2022). Isto é evidente pelos inúmeros investimentos chineses que têm vindo a ser desenvolvidos na região, como o *Belt and Road Initiative* no Médio Oriente, com a Arábia Saudita, tradicional parceiro regional norte-americano, a receber a maior parte dos fundos do projeto ainda na primeira metade de 2022 (Calabrese, 2022). Adicionalmente a decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC+) em setembro de 2022, de cortar parte da sua produção, posição liderada pela Arábia Saudita, traduz-se numa perceção de subida de preços tendo sido interpretada por Washington enquanto uma jogada de alinhamento com Moscovo (Blas, 2022b).

Embora a curto prazo a estratégia russa se mantenha de foco no mercado chinês, os objetivos de mitigação da perda do mercado europeu ficarão muito aquém do necessário, com os custos mais elevados de construção de infraestrutura e perda de acesso à tecnologia estrangeira e financiamento pelas sanções ocidentais (Humpert, 2022) a adiar quaisquer prospeções de finalização dos projetos moscovitas em pelo menos uma década (Picciariello, 2022). Para além disso, a China está, neste caso, muito menos interessada nas importações russas (Picciariello, 2022) detendo um maior número de fornecedores no Médio Oriente (Corbeau e Yan, 2022) e na Ásia Central (Gabuev, 2022) de forma também a evitar ficarem demasiado dependentes da Rússia. Outro ponto interessante, é a continuação de importação tanto chinesa de gás australiano e norte-americano, apesar das tensões geopolíticas, traduzindo-se em algum potencial peso político associado (Corbeau e Yan, 2022) (Tsafos, 2021).

Para o bloco europeu, a opção norte-americana é uma vantagem a curto prazo, embora a incerta trajetória política de Washington e a relação energética assimétrica entre os dois acarrete os seus próprios riscos para a UE (Dennison e Zerka, 2022) existindo a possibilidade de abertura a novos acórdãos no Norte de África e no Médio Oriente (Picciariello, 2022). Enfatiza-se o risco associado tanto ao nível de concessões políticas como a insegurança das infraestruturas desta opção (Picciariello, 2022) (Ouki, 2022).

Nesta primeira fase, é comum encontrar Estados a designarem certos tipos de infraestrutura a gás e petróleo como “*transition assets*” oferecendo apoio a companhias privadas neste campo quer na forma de

tecnologias para captura de carbono, quer em incentivos à utilização de combustíveis com baixo teor em carbono como o hidrogénio verde.

A transição climática *proper*, está também associada a uma redefinição do clima securitário mundial, com o desaparecimento das lógicas de “*hydrocarbon leverage*”, associada a vantagens de transição energética, em política internacional, resultando em menor conflitualidade geral. No entanto, nascem tensões e perigos associados ao controlo de matérias críticas para a produção destas indústrias, com Estados associados a maus sistemas de governação ainda mais fragilizados nesta disputa internacional por recursos. A transição verde tem moldado as dinâmicas geopolíticas mundiais oferecendo promessas, não apenas de maior segurança climática, como de menor conflitualidade associada a recursos energéticos. O sucesso desta transição está centrado em combater a má distribuição de recursos e incentivos à melhoria de práticas governativas pelo que a simples descarbonização não é suficiente para travar a emergência climática.

2.2. RESPOSTA POLÍTICA

Antes de partirmos para o ponto principal deste subcapítulo da resposta política propriamente dita no seio do grupo do Triângulo de Weimar, enquanto reflexo mais amplo da conflitualidade intra-UE. Convém regressarmos à lógica interna alemã, enquanto linha de continuidade de uma Estado dependente da Rússia, mas com grandes responsabilidades na UE.

A invasão russa da Ucrânia em 2022 veio para intensificar a relevância geopolítica da questão das fontes energéticas da UE. Historicamente, a Rússia é culpada de utilizar as suas substanciais reservas nacionais de gás para exercer pressão sobre a UE. Sendo o Nordstream 2 a projeção física deste projeto, colocando de parte todo o Leste Europeu reduzindo a sua relevância estratégica, e criando um forte entrave a qualquer prospeção de diversificação energética de um espaço político no meio de uma transição energética (Gritz e Wolff, 2022).

Críticas relativamente à RFA vêm de todos os lados devido a isto, pelo que a incapacidade de contrabalançar benefícios económicos com os objetivos ambientalistas e responsabilidades geopolíticas do maior Estado da UE são um perigo real para todo o continente.

Atualmente, com o fim abrupto do trânsito de gás russo para a Europa, instaurou-se um grave problema de segurança energética para o bloco, com a possibilidade de uma crise energética eminente. O impacto pode, no entanto, ser mitigado com uma transição das redes de fornecimento eficaz, havendo a possibilidade de importação dos EUA e da Noruega para o norte e centro da Europa, zona mais afetada com o fechar das torneiras de Moscovo. A intensificação de investimentos em energias renováveis é também uma medida fulcral para a sobrevivência do bloco a médio-longo prazo permitindo a criação de infraestruturas críticas capacitadas

de enfrentar futuros problemas (Gritz e Wolff, 2022). Uma robusta e diversificada estratégia energética é, assim, uma prioridade, não apenas de uma perspectiva securitária, como de sustentabilidade continental.

Numa perspectiva económica, o fim do gás russo traduz-se num profundo impacto económico na RFA e Europa Central, regiões com setores industriais altamente dependentes. A subida dos custos de energia são um desafio significativo especialmente para indústrias intensivas em energia como dos químicos, aço e maquinaria, cruciais para os EMs em questão (Ari et al., 2022) (Gritz e Wolff, 2022).

A subida de custos cria um clima propício a um derradeiro desastre económico, cuja urgência vem apenas acentuar a necessidade de diversificação energética e de investimento nos renováveis comparando-se a uma autêntica faca de dois gumes. Medidas como a reabertura de centrais a carvão na RFA apontam para a verdadeira urgência da situação (Gritz e Wolff, 2022).

Seria, no entanto, injusto colocarmos apenas numa luz negativa os esforços alemães no combate à crise sendo que por detrás da postura reservada e cautelosa do governo, encontramos um mecanismo de ajuste real e drástico, de forma a, por um lado, remover quaisquer obrigações geopolíticas para com Moscovo, resultantes da dependência energética, e, por outro, salvaguardando a sua população dos problemas resultantes deste ajuste.

Por exemplo, neste sentido, podemos notar que entre maio e junho de 2022, a RFA reduziu significativamente a quantidade de gás russo importado, reduzindo esta quota de 37% para 10% – com dados posteriores, de 2023, a concluir nos 8%. Em termos de diversificação de fontes energéticas vemos uma aposta sobretudo no Gás Natural Liquefeito (LNG), fornecido por via marítima, no âmbito do qual se prevê construir um total de cinco terminais flutuantes junto às costas alemãs do Mar do Norte e do Mar Báltico. No acumulado de janeiro a junho de 2022 (consumo de gás de 497 mil milhões de quilowatt-hora (kWh)), a RFA poupou 14,7% no gás em relação ao período homólogo do ano anterior, com uma parte imputável às temperaturas menos frias no início do ano.

Considerando estes pontos da realidade alemã, podemos então transitar para as suas relações políticas na UE, em particular no grupo do Triângulo de Weimar. A escolha deste grupo, advém do facto de ser composto por três EMs da UE em situações diferentes, mas complementares. Tanto a RFA como a Polónia eram, no eclodir da guerra, dependentes energeticamente da Rússia, mas retiraram conclusões políticas distintas. A França entra aqui enquanto uma potência simbolizante do bloco europeu ocidental que, *a priori*, não se encontra afetado pelo corte da energia russa, dando uma perspectiva do posicionamento político de EMs não constrangidos diretamente na sua ação política.

Desta forma, poderemos traçar um paralelo entre o discurso político e a sua aplicabilidade concreta, considerando as críticas e apelos dos parceiros mais íntimos do bloco europeu.

O Triângulo de Weimar é definido enquanto uma aliança regional entre a França, RFA e a Polónia, criada em 1991 na cidade alemã de Weimar. Este grupo tem como principal objetivo promover a cooperação entre os três países em questões transfronteiriças e em matérias europeias. O grupo opera maioritariamente num formato de cimeiras entre os líderes e ministros dos negócios estrangeiros dos três países. Existem ainda grupos de trabalho para outras áreas, como para questões militares e científicas, e colaboração em matéria cultural. São ainda frequentemente explorados contactos interparlamentares para uma aproximação geral entre os Estados.

O grupo quando estabelecido na cidade de Weimar em 1991 tinha como propósito apoiar a Polónia no período imediato ao fim do Pacto de Varsóvia, de forma a abrir portas à sua integração a ocidente. A cidade de Weimar foi ela mesmo escolhida por pertencer à ex-República Democrática da Alemanha a qual se havia fundido com a República Federal da Alemanha no ano anterior após sair da esfera política soviética. O formato teve o seu primeiro grande sucesso em 1992 ao conseguir aprovar um estatuto especial para a Polónia no âmbito da União Europeia Ocidental, o braço armado europeu da NATO.

A 8 de fevereiro de 2022 o grupo reuniu-se em Berlim, com o presidente francês Emmanuel Macron, o presidente polaco Andrzej Duda e o chancelor alemão Olaf Scholz para que fossem discutidas questões de cooperação em matéria de segurança em relação à, na altura, crise russo-ucraniana. A reunião foi importante pelo facto de marcar um retorno ao formato original depois de vários anos inutilizado. Teve como conclusões a necessidade de reforço da cooperação dentro da UE em matéria militar e o apelo a uma resolução diplomática da inaceitável violação da integridade territorial ucraniana. Algo que se provaria impossível ainda no mesmo mês com a invasão em larga escala de Moscovo a 24 de fevereiro.

A 13 de junho de 2023 os líderes do Triângulo de Weimar, Scholz, Macron e Duda, reuniram-se na cimeira do grupo em Paris para discutir um número de problemas relacionados com política externa, sendo o mais importante a invasão russa da Ucrânia. Nesta cimeira foi reafirmado o apoio total à Ucrânia em matéria de defesa, e reforçados os esforços contra a agressão de Putin, com o fornecimento de ajuda humanitária e financeira, para além do envio de armamento. Foi, aqui, discutida também a integração futura da Ucrânia, tanto na UE como na aliança da NATO.

No ano seguinte, no dia 12 de fevereiro de 2024, o Primeiro-Ministro (PM) polaco, Donald Tusk, apontou para a possibilidade de entrar no projeto alemão de defesa aérea comum europeia devido à incerteza no futuro da NATO com os desenvolvimentos na política interna norte-americana a criar alguma desconfiança nos seus aliados europeus.

No mês seguinte, a 15 de março de 2024, o Triângulo de Weimar reuniu-se em cimeira contando novamente com a presença do PM polaco, do Chanceler alemão e do PR francês para renovarem os seus votos de apoio à causa ucraniana. Foi rapidamente decidida a criação de uma coligação para o envio de artilharia de

longo alcance para a Ucrânia. Muitos jornalistas comentaram a rapidez com que a decisão fora tomada e rapidez com que, os Estados, se proponham a seguir esse plano.

Todos estes desenvolvimentos não são, no entanto, tão lineares como podemos imaginar, com questões de política interna, opiniões públicas e outros entidades a boicotar os esforços conjuntos internacionais. E criando um clima de desconfiança e críticas entre os membros do Triângulo de Weimar, em particular contra a RFA, cuja aproximação energética à Rússia e tradicional visão do clima securitário europeu impede de cumprir com o devido esforço ao que se propõe, para desameio dos seus aliados.

A incoerência da política alemã para a Ucrânia é baseada em inúmeros problemas, como divisões internas relacionadas com diferenças partidárias e hesitações políticas; relutância resultante de relações económicas fortes com a Rússia de clara dependência energética e uma tradição pacifista dificultadoras de abertura ao envio de apoio militar. É de notar que as críticas não acabaram com o início do envio de financiamento, sendo alvo de escrutínio o esforço do apoio e a sua consistência (POLITICO, 2024).

A génese das críticas polacas à posição alemã nasce da necessidade de reconstruir a segurança europeia sendo, para isso, essencial que Berlim tome uma posição decisiva contra Moscovo e que se una definitivamente com a Polónia e com a França em matérias de segurança comum. Depois da invasão russa da Ucrânia, Olaf Scholz anunciou um aumento drástico no orçamento em defesa (*Zeitenwende*) e o congelamento do projeto do 'Nord Stream 2'. Passos importantes não apenas em resposta à agressão russa contra a Ucrânia, mas também pela mudança da perceção da sociedade alemã relativamente a esta ameaça. A questão em si, prende-se em saber se estas decisões foram tomadas demasiado tarde. Na ideia de se uma mudança de postura mais proativa dissuadiria a Rússia de optar pela própria guerra (Czaputowicz, 2022).

Para a Polónia, o apoio à Ucrânia é uma obrigação nascida do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas, bem como advinda de um princípio ético assente nos valores europeus. Não esquecendo a questão da proximidade do conflito ao seu território, com a possibilidade de uma invasão russa, constituindo uma 'Questão de Estado' para a soberania polaca. A RFA não encara a Rússia por essa ótica, considerando-a mais como um adversário e parceiro ocasional cuja aproximação ao bloco da UE seria sempre mais proveitosa do que a alienação generalizada. Desta forma, considera que teria uma reação mais assertiva caso o Estado invadido pertencesse à NATO, pelas suas obrigações de defesa coletiva segundo o Artigo 5. Críticos perguntam se esta falta de vontade em enfrentar Putin desapareceria em caso de um ataque a um Estado da NATO, pelo que uma reação de apoio incondicional permaneceria duvidosa considerando a Rússia enquanto uma potência nuclear (Czaputowicz, 2022).

Devido a isto, a Polónia, bem como os outros EMs da Europa Central e de Leste, dentro da UE/NATO, encaram a Rússia enquanto uma ameaça existencial, sendo o apoio à Ucrânia uma questão inegociável,

inevitavelmente afastando a RFA, enquanto o principal parceiro continental do bloco de leste europeu (Pagung, 2021). Isto vai na linha de outros Estados mais firmes na sua posição em relação ao conflito, como o Reino Unido ou a França, na Europa, e tradicionais parceiros atlânticos como os EUA ou o Canadá, todos os quais reconhecem os direitos inalienáveis do povo ucraniano, da soberania do seu Estado e integridade territorial, mesmo que em detrimento das suas relações com a Rússia (POLITICO, 2024).

Na perspetiva dos países que partilham fronteira com a Rússia, os ucranianos lutam simultaneamente pela sua independência e pela segurança da UE e do espaço europeu enquanto um todo (Pagung, 2021). Pelo que é o dever da RFA, enquanto principal *player* continental, de demonstrar a estes Estados que eles têm um aliado fiável ao qual podem recorrer no centro da Europa. A melhor forma de mostrar isto, é através do apoio em termos de equipamento militar (Czaputowicz, 2022).

Na questão da perceção polaca à ambiguidade alemã da resposta à invasão russa encontramos em muitos círculos polacos, mesmo não-políticos, a crítica resumida à questão de “*Does Germany really want Russia to cease to be a military threat in the future?*” (Czaputowicz, 2022).

Desta forma critica-se, não o aumento das contribuições alemãs para a NATO, com uma maior alocação do orçamento de Estado para a defesa, que são uma mais-valia para as forças armadas europeias e um importante instrumento de política externa, mas sim a direção que essa mesma política externa tem tomado. Pelo que a ideia de muitos políticos alemães de deixar aos ucranianos a decisão de continuar a luta ou procurar uma solução na mesa de negociações, mas admitindo a necessidade de concessões de território em chamada telefónica com Putin, destrói qualquer aproximação real em termos de política externa. Tanto com os parceiros do leste europeu como com a generalidade da comunidade internacional, em matéria de apoio militar à Ucrânia (Czaputowicz, 2022).

Considera-se que qualquer avanço real em termos de independência energética em relação a Moscovo, pode, no entanto, permitir uma política externa, em relação à guerra, mais firme. É importante apontar, no entanto, que a cultura política alemã considera a Rússia enquanto vital para o sistema securitário europeu, vindo muito de uma maneira de pensar herdada do Concerto da Europa do século XIX e da existência de zonas de influência que devem ser necessariamente respeitadas.

Dentro desta lógica, o Nordstream 2 é um problema muito particular para a Polónia e os Estados do Báltico, devido, primeiramente, a questões de geopolítica e implicações em matéria de segurança energética (Pagung, 2021). Isto deve-se ao facto de ser percebido por estes Estados enquanto uma manobra política russa, uma ferramenta de Moscovo ligada a um aumento da dependência energética em gás russo e um trunfo para ser jogado na arena política da UE. Por outro lado, o gasoduto seria responsável pelo afastamento dos

tradicionalis parceiros do oriente europeu da rota comercial, particularmente a Ucrânia, reduzindo a sua importância geopolítica e tornando o espaço mais vulnerável à pressão russa.

Numa perspectiva de segurança energética, nota-se que o desviar total da rede de gás, trará problemas relativos ao próprio acesso ao gás nestes Estados, pelo que a Polónia, em particular, tem procurado investir na diversificação da sua rede de fornecimento, devido à inevitabilidade desta questão (Pagung, 2021) (Blas, 2022; Corbeau e Rivota, 2022).

Considerando a posição europeia de solidariedade com a Ucrânia no contexto do conflito desde 2014 e no contexto das sanções contra a Rússia, estes Estados consideram que o esforço alemão em relação ao Nordstream 2 vai contra todo o sentido de união continental ao colocar interesses económicos em frente das claras preocupações securitárias do projeto europeu (Czaputowicz, 2022).

Um crítico muito vocal do esforço alemão terá de ser o próprio presidente polaco cujas acusações centram-se maioritariamente no incumprimento das promessas feitas relativas ao envio de Blindados de Combate, naquilo que é considerado um ato de autossabotagem do esforço conjunto do “*Ringtausch Scheme*” o qual contava com a substituição dos tanques polacos enviados diretamente para a Ucrânia (POLITICO, 2022) (USNI, 2023). Outras acusações, desta vez do PM polaco centram-se na falta de generosidade do governo alemão, notada pela lentidão do envio de apoio humanitário e insuficiente apoio militar, sempre aquém do esforço geral da NATO. Todos estes pontos levaram a uma mancha nas relações bilaterais polaco-alemãs (POLITICO, 2023).

Outras críticas polacas mais gerais enquadram-se na procura de líderes europeus, nomeadamente a França e a RFA, por cessares-fogo injustos e de desvalorização tanto do povo ucraniano como da situação securitária da Polónia e dos outros Estados do ex-Pacto de Varsóvia.

O terceiro Estado do formato em questão (i.e. do grupo do Triângulo de Weimar): a França, também tem sido incrivelmente vocal nas suas declarações, tanto de críticas a outros Estados europeus, tanto de reafirmação de apoio à causa ucraniana.

A França, um Estado tradicionalmente céptico no seio da NATO, tem vindo a aproximar-se da Polónia na sua posição quanto à guerra da Ucrânia, apelando a uma posição firme contra as ameaças russas e colocando na mesa a possibilidade de envolvimento de tropas francesas no teatro de guerra (Cadier e Quencez, 2023).

Assente nisto, o PR francês, Emmanuel Macron tornou-se dos principais críticos da RFA considerando a lentidão do apoio militar por prestar, uma posição egoísta e que ameaça a segurança regional europeia (POLITICO, 2024b). A recente transição da atitude francesa para uma posição fortemente a favor da integração ucraniana na NATO vem ao se considerar, esta, a melhor forma de selar a falha regional que

capacita a Rússia de atuar nas suas ambições mais imperialistas (Cadier e Quencez, 2023). Esta posição, muito em linha com a dos EMs do leste europeu, colide com a RFA e os EUA que consideram prematura a discussão de integração na NATO sem uma resolução militar concreta do conflito (DW, 2023).

A proatividade francesa é aqui antitética à atitude cautelosa de Berlim, levando a alguns momentos de alta tensão, como a denúncia pública do envolvimento de tropas francesas no teatro por Berlim, o que irresponsavelmente colocou em perigo as forças de Macron (POLITICO, 2024b).

No próprio formato do Triângulo de Weimar, o qual tem vindo a ser novamente explorado pelos seus membros agora no âmbito de uma resposta conjunta em relação à invasão da Ucrânia, tem havido consenso no sentido de promover medidas urgentes relativas à estratégia e apoio militar (DW, 2024). No entanto, a falta de envolvimento alemão tem frustrado tanto a França como a Polónia, os quais criticam as respostas tardias e a falta de empenho, levando a um sentimento generalizado em todos os artigos de quase autossabotagem alemã do esforço aliado, incapacitando uma estratégia unificada real e qualquer avanço coordenado do apoio europeu (Fix, 2022) (Monde, 2024). É explícita também uma crítica à falta de capacidade de liderança da alemã do bloco. Tanto por opção própria do Governo como devido à incapacidade de cooperação com os restantes EMs europeus e outros tradicionais aliados atlânticos, que se traduz numa ambiguidade incapaz de estar a frente de qualquer estratégia de securitização do continente (Fix, 2022).

Apesar das constantes críticas e divisões internas que assombram o esforço de guerra, existe um consenso dentro da UE da necessidade da sua maior economia (a RFA) se colocar à frente dos aliados continentais e tomar uma posição decisiva nas decisões dos mesmos (DW, 2024b) (Guardian, 2024).

Num *non-paper* publicado pelos Estados do Triângulo de Weimar a 22 de maio de 2024 (Étrangères, 2024) foram estabelecidos os parâmetros relativos ao futuro da agenda do grupo, com o foco colocado na unidade estratégica dos participantes, manifestando-se no fortalecimento da força geopolítica da UE e no aumento dos apoios militares em matérias de defesa coletiva e à Ucrânia, bem como o apoio à integração da mesma na NATO e na UE.

Da mesma forma, olhando para a futura ordem securitária europeia, é apresentado um compromisso de uniformidade estratégica do formato do Triângulo de Weimar, e extensão da cooperação ao bloco da União tanto em matérias de segurança, como de relações externas, relativamente com a Rússia (PISM, 2024).

Tanto o *non-paper* como outras publicações e artigos, falam sobre as reuniões do grupo do Triângulo de Weimar num renovado esforço de coordenação diplomática e estratégica, de forma a assegurar um papel ativo e firme da UE na lógica securitária europeia (eunews, 2024).

2.3. CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS

A RFA, enquanto dos mercados mais dependentes energeticamente de gás russo, irá sofrer ajustes significativos. Numa transição que envolverá o aumento de importações advindo de fornecedores alternativos como a Noruega, os EUA e da Argélia, acompanhada de um remexer das suas próprias fontes internas com a transição mais acelerada para renováveis. É de referir, que a transição para outros fornecedores faz parte de um esforço conjunto europeu para o aumento das condições de segurança energética do bloco e o cumprimento das suas metas climáticas (Dolphin et al. 2024).

O impacto no PIB alemão estima-se que, a longo prazo, será em linha com o resto da UE entre os 0,2 e os 5% do PIB (Rogas-Romagosa, 2024), com uma queda moderado a curto prazo com vários estudos a apontar para uma queda, considerando os constrangimentos da transição energética entre os 2 e 5%, mas com ganhos extraordinários em matéria de segurança e para os objetivos da transição climática. O impacto da crise no PIB é notado na descida em investimento e consumo privado (Bachmann et al., 2022) (Baqaee et al., 2022).

O corte da entrada do gás russo na RFA é, principalmente, o epicentro de uma série de desafios securitários devido à sua centralidade no sistema de segurança energética de Berlim. A alteração deste ponto, bem como os ajustes necessários para o mesmo, incluem numa primeira fase a transição para outros exportadores de gás com elevados custos na criação de infraestrutura, acompanhada da transição para fontes (Rogas-Romagosa, 2024).

O ajuste no panorama energético alemão leva, também, a outros problemas associados à economia alemã, a transição traduz-se numa inevitável subida no preço da energia (Ari et al., 2022), o que exacerbará outros problemas nos vários setores económicos. Apesar disto, a diversificação das fontes e investimento em renováveis, geral em toda a Europa, mitigará estes problemas quase por completo a médio prazo (Bachmann et al., 2022).

As políticas aplicadas pela RFA, como forma de reassegurar a estabilidade e segurança da rede energética de Berlim incluem a expansão do portfolio de renováveis e a procura por outros fornecedores de gás natural, em aliados ou Estados neutros, embora geopoliticamente duvidosos dado o clima multipolar do sistema internacional.

Para a UE, estima-se que a crise energética que enfrenta será apenas a curto prazo, devido ao corte da entrada de gás russo no mercado levando à subida dos preços da energia (Ari et al., 2022). Uma crise que naturalmente levará à imposição de contramedidas, mas que a médio prazo se traduzirá na quebra completa de dependência energética russa no continente europeu, a uma melhoria na segurança energética do bloco económico e numa aceleração da transição energética para fontes renováveis. Esta transição, estima-se, que

contribuirá para uma redução extra de emissões GHG na União nos 5%, quando comparada com valores de base expectados para 2030 (Dolphin et al. 2024) (Rogas-Romagosa, 2024).

As perdas expectáveis em PIB da UE são extremamente moderadas, abaixo dos 1% até 2030. Embora que economias com maior abertura ao mercado russo, como a RFA ou a Itália sofram, naturalmente, de perdas maiores (Albrizio et al., 2022).

Numa ótica de curto prazo, alguns estudos analisam de forma detalhada as consequências relativas à crise energética nos diferentes EMs da UE. Di Bella et al. (2022) tem a particular vantagem de tratar transversalmente da maioria dos países da União, dividindo-os em dois grupos principais, EMs que terão grandes problemas a curto prazo, com a RFA e a Áustria a sofrer de escassez energética no inverno nos 18% e com a Czechia, Eslováquia e Hungria com 91% de escassez energética no inverno, níveis preocupantes de uma real crise energética (Chepeliev, Hertel, e van der Mensbrugge, 2022). É de notar que a maioria dos restantes países são expectados de conseguir substituir as suas redes para fontes alternativas de gás, embora sejam inevitáveis subidas no custo da energia (Baqae et al., 2022).

Autores como Al-Karablieh (2022), falam dos impactos das sanções e boicote ao petróleo russo como resultado da guerra, apontando para graves problemas em alguns casos específicos – na mesma linha que o estudo anterior – mas com possíveis fontes alternativas mais fáceis de aceder, pelo que o seu efeito disruptivo na economia será muito menor que o do gás.

As implicações económicas da transição energética e abandono das importações russas são significativas, mas necessárias dado os ganhos securitários e geopolíticos da mesma. A estabilidade regional e continental, a longo prazo, prevalece, assim, sobre os interesses económicos dos EMs, embora tenhamos um problema relacionado com divergências políticas em alguns casos mais extremos no continente como a Hungria ou a Eslováquia.

A União tem ativamente trabalhado no sentido de permitir uma redução das importações energéticas à Rússia aos seus membros mais afetados, através da abertura a alternativas e incentivando a Estados como a Noruega, os EUA, Argélia e Qatar a transferirem uma maior quota do seu mercado à UE. O investimento necessário em infraestrutura, como terminais para LNG, a curto prazo, é uma das principais medidas neste sentido, abrindo portas a um conjunto maior de parceiros económicos. Um dos pontos centrais no projeto europeu para a segurança energética, na ausência de uma política comum para a energia, é a REPowerEU, com o objetivo principal de acelerar a transição verde, a redução do consumo de importações russas e a criação de uma rede integrante de toda a UE com a sua base em fontes de energia sustentáveis. Desta forma, estratégia energética europeia mantém-se extremamente interligada com os objetivos climáticos da UE (Dolphin et al. 2024). Isto vendo que, tanto a transição para as energias renováveis, como a diversificação de fornecedores são a combinação perfeito para fazer face aos problemas securitários do imediato e ao mesmo tempo permitir o fluir das políticas económicas e energéticas para que alcancem as metas climáticas autopropostas da União.

Apesar de todo o progresso a UE tem enfrentado uma série de desafios relativamente ao acesso a fontes alternativas de energia. Isto porque os seus fornecedores não europeus apresentam todos os riscos associados. Por um lado, os EUA, com as suas eleições e a postura isolacionista dos seus candidatos ameaçam o boicote do apoio à Ucrânia e uma quebra no compromisso securitário com a Europa (Dolphin et al. 2024). Por outro, a escalada no Médio Oriente remove o teatro enquanto capacitado de salvaguardar os objetivos da UE. E por último o Norte e Oeste de África, destabilizados ou bloqueados pelos objetivos normativos da União, são ambos teatros também energeticamente inviáveis a médio prazo.

O investimento em energias renováveis, apesar do monopólio chinês, bem como um avanço na infraestrutura energética transeuropeia são objetivamente as melhores opções para a União.

Especificamente falando da França, a sua relativamente baixa dependência de energia russa, quando comparada com outros EMs como a RFA e a Itália, permitiu a uma transição mais suave, considerando os ténues efeitos da crise energético na sua economia (Baqae et al., 2022).

Para além disso, a política energética independente francesa, embora se tenha vindo a aproximar de Bruxelas com o aumento da quota de renováveis, sempre muito assente na energia nuclear mantendo um ambiente propício a uma posição geopoliticamente mais firme (Dolphin et al. 2024).

Todo o processo de transição para energias renováveis vem-se traduzir numa descida de emissões e melhoria da segurança energética continental geral. Quer seja para EMs como a França, cuja tradição nuclear a coloca à frente deste processo quando adicionados os projetos em renováveis. Ou para a Polónia, cujo desafio energético é apenas visto como uma vertente do conflito geopolítico regional que a assombra sendo o acelerar da transição energética uma clara vantagem para a segurança do Estado.

Apesar de o seu sistema energético não estar tão permeável à energia russa como outros EMs, Paris tomou também a decisão de alterar algumas das suas cadeias de fornecimento, direcionando uma maior quota das suas importações para outros parceiros europeus.

Por outro lado, a Polónia, viu-se significativamente afetada devido à sua aproximação à Rússia. A sua postura mais cética em relação a Moscovo e crise energética vieram aproximá-la de Bruxelas, com uma aceleração no processo de transição energética para os renováveis. A estratégia de segurança energética polaca passa, também, como a RFA, pela renovação da sua infraestrutura de gás natural com projetos transfronteiriços com os Bálticos a frente desta rede (Dolphin et al. 2024).

A Polónia, a qual tinha um sistema energético muito ligado à Rússia, não hesitou em se tornar dos EMs mais vocais contra a dependência russa com o romper do conflito na Ucrânia, mesmo em detrimento da sua própria economia. Central para o seu plano foi a transição para outros fornecedores, como os EUA e o investimento em infraestrutura de LNG com projetos como o “Baltic Pipe”, com o qual se espera aumentar as importações vindas da Noruega, e enormes ganhos em segurança energética associados.

Para a Rússia, a guerra traduziu-se na completa destruição das suas exportações de petróleo e gás natural para a Europa estimando-se que em 2027 haja uma quebra inteira das relações energéticas entre os blocos (Rogas-Romagosa, 2024).

Considerando isto, a Rússia procura um natural desvio das suas operações para outros mercados, notavelmente na China, através da construção de gasodutos para intensificar a exportação de LNG. No entanto, a transição para estes mercados não será suficiente, estimando-se que a médio prazo haja uma redução em 75% das exportações russas, quando comparadas com o seu mercado pré-guerra europeu. Este dado mantém-se mesmo após esgotadas as alternativas lógicas de exportação para a China e outros aliados, considerando as próprias alternativas energéticas mais viáveis para estes atores (EWI, 2022).

Recentemente, o IMF, colocou as previsões de subida do PIB russo para 2024 em 3,2%, uma subida da sua antiga previsão de 2,6% do início do ano. Esta subida está atribuída a um aumento dos gastos no setor da defesa e na exportação de petróleo. O aumento das vendas de petróleo para a China e Índia, combinadas com gastos na defesa nos 10.8 biliões de rubros em 2024, traduz-se, assim, num crescimento real do PIB que será insustentável a médio-longo prazo dadas as deficiências estruturais da aposta no setor da defesa e energético (ver anexo, Figura 1. e 2.).

Os benefícios económicos advindos do mercado chinês são, assim, eles mesmos muito ténues, visto que este está mais orientado para a utilização de carvão e de renováveis sem muita infraestrutura existente para o gás – e nem muita vontade política de a criar (Rogas-Romagosa, 2024).

As perdas económicas em gás são, no entanto, compensadas pelo redirecionar das exportações de petróleo, tanto refinado como crude, para os mercados não europeus, existindo grande potencial de importação indiana e chinesa (Economist, 2023). Esta realocação mitiga, assim, as perdas reais para Moscovo, embora que admita que nunca serão o suficiente para compensar a perda do mercado europeu.

A natural alteração dos fluxos de comércio russos para leste, embora necessária e lógica, não é suficiente para fazer face às perdas do corte das exportações para a Europa. Pelo que os ganhos a curto prazo da corrida ao gás nos meses imediatamente a seguir à invasão, rondando os 228 mil milhões de euros (CRECA, 2022), são, a longo prazo, insuficientes para manter a potência petrolífera numa posição vantajosa enquanto um *player* central no mercado energético. Comparando com dados pré-guerra, a quota de mercado global russa em petróleo e gás está encaminhada para cair em metade até 2030 (IEA, 2022c), podendo traduzir-se na destruição das ambições no mercado do hidrogénio verde de Moscovo (Patonia, 2022).

A queda do PIB russo será, por isso, sempre acentuada, dada a natureza do mercado energético e a sua inflexibilidade, sendo as projeções a médio prazo igualmente impactantes em caso de uma ineficaz transição que necessitará, naturalmente de um grande investimento de entrada para a construção de infraestrutura (EWI, 2022) (Rogas-Romagosa, 2024).

Nestes projetos destacamos o gasoduto “Power of Siberia II” para a China, operacional por volta de 2030, que aumentará, por si só, as exportações de gás para a China em 300%. Outros projetos de exportação de gás russo notáveis são o “Sakhalin II” e “Yamal” ambos virados para o mercado asiático.

Em geral, podemos apontar para uma série de desafios a curto prazo para o bloco económico europeu que se traduzem a médio prazo em várias vantagens, tanto securitárias, como em matéria climática, apesar de alguns custos económicos.

Esta quebra regional de relações energéticas aponta para a natureza pouco adaptativa do comércio de gás natural comparada com a do petróleo. O que realça a importância de diversificação estratégica de fornecedores e infraestrutura associada como forma de mitigação de riscos.

Para Moscovo, a sua capacidade de adaptação e o sucesso no redirecionamento eficaz da sua quota no mercado energético será, assim, sinónimo de estabilidade geopolítica e económica – ou não.

2.4. SÍNTESE E CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A invasão russa da Ucrânia e a subsequente crise energética europeia levaram a uma redefinição geopolítica dos fluxos de comércio de energia, evidenciando a vulnerabilidade da UE e a necessidade de diversificação de fornecedores. O corte abrupto das importações de gás russo pela Europa não só expôs a dependência estrutural dos EMs, como também criou um efeito dominó, afetando a estabilidade económica e política de várias regiões. A redistribuição dos fluxos de gás e petróleo fortaleceu o papel dos EUA como principal fornecedor de LNG para a Europa, levando à reaproximação, politicamente reticente, dos blocos.

Estas mudanças vêm com um aumento dos custos de infraestrutura, especialmente para EMs como a RFA, onde a intensidade industrial é muito elevada. A busca por novas rotas de fornecimento resultou em tensões com países de baixo rendimento, no Sul da Ásia, pela competição direta por recursos energéticos. Para a UE, esta diversificação, procura não só reduzir a dependência em combustíveis fósseis, como tornar o seu setor energético mais resiliente e sustentável.

A fragmentação do cenário energético global traduz-se numa Rússia na procura de escoar os seus excedentes de gás e petróleo para o mercado asiático a preços mais baixos, numa tentativa de compensar as perdas do mercado europeu. Investimentos da UE em infraestrutura e a reconfiguração dos fluxos comerciais, embora benéficos a médio prazo, carregam consigo um elevado risco económico, principalmente em países cuja transição energética será mais complexa, e dependente de apoio financeiro contínuo.

Em suma, a reestruturação do fluxo de comércio energético reflete um processo dinâmico, mas ainda instável, onde o reforço da autonomia energética europeia deve ser equilibrado com a necessidade de cooperação internacional e sustentabilidade a longo prazo.

CAPÍTULO 3. SEGURANÇA ENERGÉTICA: CONVERGÊNCIA DA POLÍTICA ENERGÉTICA

A segurança energética emergiu enquanto um elemento crítico no panorama geopolítico internacional. Definida enquanto o ininterrupto acesso à energia a um preço baixo ou aceitável, a segurança energética envolve, necessariamente, a estabilidade e confiabilidade dos Estados nas cadeias de fornecimento quando enfrentados por desafios económicos ou políticos.

Com a transição energética acelerada pela crise geopolítica e pela necessidade de reduzir a dependência de fornecedores externos, a segurança energética europeia passou a ser um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentável do bloco. Este capítulo foca-se na análise das políticas energéticas implementadas pela UE e os seus EMs, avaliando a convergência e divergência das suas estratégias.

A presente análise utiliza como metodologia uma abordagem analítico-descritiva para examinar as políticas energéticas da UE e os principais projetos energéticos implementados. A análise explora se a transição energética europeia se consolidou como um catalisador para a convergência política e como as particularidades nacionais podem ainda representar obstáculos a um alinhamento total de estratégias.

3.1. LIGAÇÃO ENTRE GANHOS DE TRANSIÇÃO E SEGURANÇA

Existe uma ligação crucial entre política de transição climática e segurança energética. Com vários estudos e modelos do IMF a chegarem à conclusão de que não só a evolução da política de transição diminui a procura por combustíveis fósseis levando a que produtores menos eficientes abandonem o mercado, como causam um crescimento na concentração de mercado. Para além disso, o aumento da quota de renováveis, fruto da política de transição climática traduz-me numa maior quota de energia produzida domesticamente, diminuindo as importações e dependência em atores externos. Ambos estes factos se traduzem em ganhos de segurança energética (Kim, Panton e Schwerhoff, 2024).

A rápida transição para renováveis traz consigo novos desafios securitários, embora as soluções dos mesmo já tenham sido encontradas. Um destes desafios está relacionado com a exploração de matérias necessárias para a produção do equipamento, as quais são mais raras que os próprios combustíveis fósseis. No entanto, estas matérias são apenas necessárias para a expansão da infraestrutura energética e não com a produção de energia, por si. Daí a hipotética quebra de fornecimento destas matérias não se traduz numa

imediate crise energética, ao contrário de uma quebra de fornecimento de combustíveis fósseis. Para além disso, nunca existe apenas um fornecedor de matérias raras sendo mutuamente substituíveis. Outra complicação normalmente levantada é a intermitência dos renováveis enquanto possível falha securitária (Dophin, et al., 2024), no entanto, a diversificação de projetos renováveis (eólica, solar, ect.) permite, por si só, um sistema flexível, que quando acompanhado de alta interconectividade, capacidade de armazenamento e fontes diversificadas, o torna mais robusto contra a natural intermitência.

Existem outras formas que permitem determinar o nível de segurança energética, embora de forma menos concreta. É importante notar, que a segurança energética não é facilmente calculável, pelo que a utilização de indicadores agregados, como a dependência em infraestrutura crítica, por exemplo, gasodutos e terminais para LNG, não nos permite alcançar uma resposta concreta. A necessidade de infraestrutura não se traduz, diretamente, no nível de dependência de um país. Adicionalmente, o próprio aumento da utilização de renováveis e a sua infraestrutura significam que serão necessários novos métodos para a perceção da segurança energética. Por exemplo, dois Estados produtores de renováveis e altamente energeticamente interligados terão taxas de importação aproximadas a zero, embora haja transferência de energia em ambas as direções e, daí, interdependência, pelo que o corte de relações seria catastrófico para ambos.

Através de uma análise em *global general equilibrium model-based* num *paper* do IMF (Kim, Panton e Schwerhoff, 2024), percebeu-se que medidas de mitigação das alterações climáticas e objetivos de segurança energética são praticamente complementares. Com políticas de redução de Gases de Efeito Estufa (GHG) a tender para uma diminuição de dependência externa em energia, o que quando adicionado à diversificação de fornecedores não europeus da restante quota se traduz em ganhos de segurança e de resiliência das economias europeias a choques energéticos nas suas cadeias de importação. Este ponto confirma-se, particularmente, para com políticas que reduzem ativamente a procura externa de energia, como a diminuição de emissões por setor económico e objetivos de eficiência energética para veículos e edifícios. Até o imposto sobre o carbono que ativamente aumentam os custos da energia, acabam por os reduzir no médio-longo prazo, dada a procura elástica do mercado energético (Kim, Panton e Schwerhoff, 2024).

No entanto, mesmo estes ganhos variam de país por país. Dão o exemplo da utilização isolada do imposto sobre o carbono, que em EMs da Europa de Leste se traduzem em perdas a curto prazo devido à intensiva utilização doméstica do carvão. A diminuição de emissões por setor económico oferece, por sua vez, ganhos mais transversais ao longo dos EMs desde que o investimento público e redução na importação de combustíveis fósseis seja combinado com a expansão da produção energética neutra em carbono, visto que qualquer ponto isolado traria subidas de custos de eletricidade capazes de levar a uma quebra no PIB insustentável (Kim, Panton e Schwerhoff, 2024).

Desta forma é recomendada a aplicação de políticas mais convergentes e amplas por toda a União acompanhadas de investimento em variedade de renováveis e interconectividade dos EMs. As propostas de

sobre-investimento colocadas na mesa por alguns EMs são, também elas, um possível ponto de não retorno e devem ser cuidadosamente analisadas para evitar um *carbon lock-in* na Europa. A aproximação dos Estados ricos nas matérias críticas para a produção de renováveis é, também, um ponto basilar aos olhos dos analistas do IMF, que revêm a transição energética como uma oportunidade única para a segurança energética europeia, negligenciada já há largas décadas (Kim, Panton e Schwerhoff, 2024).

A ambiciosa política climática europeia deve ser encarada, por isso, enquanto não apenas uma forma de proteger o planeta, mas como um meio de assegurar a segurança do continente, contra quaisquer riscos nas cadeias internacionais de fornecimento em Estados fora da União. Desta forma (Dophin, et al., 2024, p.19):

A broad policy package that would cut emissions by 55 percent vis-à-vis 1990 levels at the 2030 horizon by combining multiple instruments, including carbon pricing and sector-specific regulations, could enhance Europe's energy security along these two metrics by some 8 percent. It would also spread those gains widely across the continent.

3.2. CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA ENERGÉTICA

No esforço europeu para alcançar a neutralidade climática até 2050 compreendeu-se enquanto necessária a subida dos seus objetivos energéticos e climáticos de 2030. Para isso, a Europa terá, no entanto, de assegurar um sistema altamente integrado, capacitado de uma rápida eletrificação e com o dobrar das suas opções em renováveis (Regulamento 2022/869). Em paralelo, assume-se necessário pelos especialistas que se deve apostar na substituição do mercado do gás natural, através de um processo de descarbonização e substituição tanto por renováveis como de gases baixos em carbono como o biometano ou o hidrogénio verde (Regulamento 2022/869).

Tendo em consciência estas ambições, a UE, lançou várias iniciativas-chave de forma a reforçar a sua infraestrutura energética e a promoção de colaboração multilateral. Neste sentido, o fomento de projetos transnacionais ao longo da União prova-se, naturalmente, a chave para assegurar uma convergência em termos de infraestruturas críticas num espaço altamente integrado economicamente.

Estes projetos internacionais (Regulamento 2022/869), de máximo interesse da UE, dada também a precária situação internacional em termos securitários, são, naturalmente, fomentados ao nível da União e regulados a todos os níveis, certificando a sua otimização.

Considerando isto, a União recorreu à divisão dos mesmos qualificando-os relativamente à sua integração de redes estritamente intra-UE ou contendo atores extra-UE: os chamados Projetos de Interesse Comum (PCI) são os projetos relacionados com infraestruturas críticas, transfronteiriços com o objetivo de

fazer face às deficiências do mercado interno de energia da União, permitindo à UE alcançar os seus objetivos energéticos e climáticos de forma sustentável e tendo em vista a neutralidade climática da economia prevista para 2050.

Enquanto os “projetos de interesse mútuo (PMI)” referem-se a infraestruturas críticas transfronteiriças, com a particularidade de envolverem atores parceiros da UE, como a Noruega, o Reino Unido, Suíça, os Balcãs Ocidentais e ainda Estados do norte de África, contribuindo para o alcançar dos objetivos energéticos e climáticos da União.

É importante mencionar que todos os projetos mencionados na lista são transnacionais por natureza, envolvendo os esforços de toda a União e os seus parceiros. Na última versão da lista de projetos de interesse comum e mútuo, foram mencionados 166 projetos, 68 referentes a eletricidade, 12 campos energéticos *offshore*, 5 cadeias de eletricidade inteligente (ver anexo, Figura 3.), 65 na área do hidrogénio verde e eletrólitos (ver anexo, Figura 4.), e 14 projetos de redes de Dióxido de Carbono (CO₂) (ver anexo, Figura 5.). Metade destes estão ligados à interconectividade das redes modernas e na criação de pontos de armazenamento de energia, o que são essenciais para o aumento da integração do mercado europeu.

As adições mais relevantes à lista são maioritariamente na área do hidrogénio verde e dos eletrólitos demonstrando o fruto das negociações e esforço conjunto dos EMs em estabelecer um mercado do hidrogénio verde na Europa, mundialmente competitivo. A complexa rede, abrangente de todos os EMs, com a exceção das ilhas, traduz-se na rede vantajosa para as indústrias europeias num crítico período de descarbonização.

São ainda divididos entre 11 corredores geográficos estratégicos, para o gás e eletricidade (renováveis e nuclear) incluindo todos os EMs da UE. Estando todos estes corredores conectados em 2 megaprojetos. Para além disso existem mais 3 projetos gerais a toda a União na área do CO₂, dos gasodutos inteligentes (dos quais ainda não há registo de avanços) e das cadeias de eletricidade inteligente. Com um 15.º projeto o Trans Adriatic Pipeline (TAP) no Mediterrâneo (ver anexo, Figura 6.), um projeto entre a Itália, Albânia e Grécia que depois se desenrolará para Malta e Chipre, alcançando, assim, os EMs mais energeticamente isolados da União.

A atual versão propõe-se, assim, a aumentar a quota dos renováveis no portfolio europeu até, pelo menos, aos 32% em 2030, capaz de apoiar os objetivos do “*Fit for 55*” na redução nas emissões de GHG em 55% até ao mesmo ano (Regulamento 2022/869).

Existem, no entanto, pontos de divergência em termos de política energética no seio da União tanto por EMs mais conversadores, que decidem reforçar as suas capacidades de importação e armazenamento de gás (ver anexo, Figura 7), como a RFA, Itália e Grécia e depois outros com estratégias energéticas completamente independentes, com a França e o seu foco no nuclear, embora se admita que todos eles tenham mantido os seus compromissos na transição para renováveis, mais ou menos seriamente.

Referente ao primeiro ponto da expansão do gás, o relatório *Europe Gas Tracker 2024* (Hassan e Rozansky, 2024) sublinha a expansão da infraestrutura do Gás na Europa, incluindo de LNG, gasodutos e terminais associados enquanto contrária aos objetivos climáticos da União, pelo que os planos de expansão da capacidade de importação de LNG em 55%, num investimento de 84,1 mil milhões de euros se vai traduzir num aumento das emissões de GHG equivalentes a uma centena de centrais a carvão (Hassan e Rozansky, 2024). Os principais incentivadores destes projetos são a RFA, a Itália e a Grécia, os quais se parecem estar a aproveitar a vaga de projetos de gás já aprovados para chutar a sua agenda, pelo que apenas no ano passado, foram aprovados projetos que prevê o desenvolvimento da capacidade de importação de LNG em 9% com um aumento das redes de gasodutos em 18%. Pressões por parte da UE foram, no entanto, suficientes para que estes EMs desistissem de alguns dos seus projetos mais impactantes, embora se mantenham a larga maioria deles.

Este *buildout* de gás vai diretamente contra os objetivos climáticos da União de redução das emissões de GHG em 55% até 2030, considerando, alias, a ambiciosa atualização dos objetivos a fevereiro de 2024 (Hassan e Rozansky, 2024), de uma redução das emissões até aos 90% por volta de 2040.

Existem projetos de gás já aprovados, que estão nos planos de curto prazo da União de forma a fazer face à escassez energética a leste e nos Estados-ilha da União, energeticamente isolados da rede continental. Pelo que o sacrifício climático é considerado como necessário e possível caso o esforço conjunto se mantenha nas outras frentes. Atualmente estão em progresso de implementação o *Trans Adriatic Pipeline* (TAP), mencionado anteriormente pelo seu próprio corredor estratégico, entre a Grécia, Itália e Albânia contornando para Malta e Chipre. O *North-South Gas Corridor* que envolve a Polónia, Eslováquia, Hungria, Roménia, Bulgária, Croácia entre outro, tentando atenuar os EMs mais impactados pelas sanções económicas à Rússia. E o *Baltic Pipe Project*, entre a Dinamarca, RFA e Polónia que depois se vai ligar ao North-South criando um corredor energético intra-UE estável.

O Estado que diverge da lógica de convergência da União em matéria de energia é a França cuja política energética, assente no nuclear, há muito que enfatiza a independência energética do Estado francês e a sua capacidade de exportação, iniciada ainda na década de 70 com as crises do petróleo. Atualmente, a quota do nuclear traduz-se em 70% de toda a eletricidade francesa colocando-a enquanto a mais importante face do seu portfolio. Este facto permite à França manter uma pegada energética relativamente baixa com emissões residuais comparativamente com outros Estados no mesmo nível de industrialização (Global Energy, 2024).

Apesar disto, a política nuclear francesa chegou a um entroncamento, com os desafios inerentes de reatores em final de vida e de uma população cada vez mais cética. O governo francês continua a investir na modernização do seu portfolio nuclear considerando ainda a criação de novos reatores, os *Flamanville Nuclear Reactor* mini reatores modelares (Global Energy, 2024). Existem, ainda, outros planos para a construção destes modelos em série e similares, que poderão ser vendidos, embora este projeto esteja com alguns

problemas dada a tecnologia disponível para o seu desenvolvimento. Podemos concluir que, apesar dos esforços para o investimento em renováveis, a aposta principal continua a ser o nuclear com 80% do consumo interno de energia a advir desse modo. O racional francês por detrás desta aposta continua a ser a elevada segurança das centrais dada a tecnologia envolvida (Global Energy, 2024).

No entanto, o ponto mais divergente da política energética francesa, envolve as reservas colocadas pelo Estado francês contra os projetos de interconectividade entre o centro do continente e a Península Ibérica, cujo potencial de exportação de energia sustentável e barata seria benéfico para o bloco europeu e os seus objetivos climáticos.

A posição francesa tem vindo a desenvolver-se desde março de 2015, quando foi assinada a Declaração de Madrid (Madrid, 2015) entre a França, a Espanha e Portugal, que em colaboração com a Comissão Europeia, acordaram em priorizar a interconectividade energética enquanto parte da mais alargada União Energética Europeia. A Declaração de Madrid enfatiza a importância das infraestruturas transfronteiriças de forma a assegurar energia sustentável, segura e barata aos EMs da UE, integrando o potencial exportador de renováveis da Península Ibérica no mercado europeu (Entendimento, 2015).

Em 2022, o acordo para a criação do Corredor do Hidrogénio Verde é assinado entre os mesmos (Portugal, 2022), anunciando o projeto de criação de um corredor para o hidrogénio verde chamado de “Hidrogénio para o Mediterrâneo (H2Med)” (ver Figura 8). O objetivo principal deste projeto seria melhorar a independência energética da UE e a sustentabilidade das suas economias, considerando particularmente a crise energética causada pela invasão russa da Ucrânia. A integração do hidrogénio verde nos mercados europeus seria, assim, essencial para o alcance dos objetivos climáticos da União estando este projeto na frente do debate da longa discussão sobre a interconectividade energética da União (Portugal, 2022).

Os problemas ganham flor em 2024 quando a França, apesar dos progressos reais na construção do H2Med, expressa reservas sobre os custos associados ao corredor do hidrogénio verde e o seu alinhamento com as prioridades energéticas francesas, – essencialmente boicotando o projeto (Público, 2024). Considerando os gastos financeiros de frente e as potenciais complicações no mercado interno devido a um crescimento da interconectividade enquanto críticas para a economia francesa.

Apesar dos esforços da União e dos Estados ibéricos em retomar o projeto, apelando à necessidade securitária continental de uma rede de hidrogénio verde contínua e aos objetivos climáticos do bloco, o bloqueio francês do projeto continua levantado e o seu boicote do *flagship* projeto europeu e de todo o seu potencial.

O poderio nuclear francês, que não quer concorrência [da eletricidade ibérica], tem de ser combatido a nível europeu sob pena de não haver um mercado único da energia e de a Península Ibérica “continuar a ser uma ilha energética”

3.3. SÍNTESE E CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A redefinição das políticas energéticas europeias foi catalisada pela necessidade urgente de fortalecer a segurança energética do bloco e acelerar a transição climática. A sinergia entre a transição energética e a segurança emergiu como uma peça-chave na nova estratégia da UE, com uma ênfase crescente na produção doméstica de energia renovável, na eletrificação e na diversificação das restantes fontes externas. Esta convergência permitiu reduzir a dependência em combustíveis fósseis e aumentar a resiliência das economias europeias, mas revelou desafios significativos no campo da integração de novas infraestruturas e na harmonização das políticas nacionais.

Existe uma clara ligação entre os ganhos de segurança e a transição energética, com o aumento da quota de renováveis e a eletrificação das redes a gerarem novos níveis de autonomia energética, embora expondo a necessidade de gestão das cadeias de fornecimento para matérias-primas críticas, essenciais para a produção de tecnologias renováveis.

A intermitência das fontes de energia renovável e a interconectividade das redes, tornam necessário um elevado grau de integração regional e cooperação entre EMs. Os PCIs e PMIs são, nesta lógica fundamentais para enfrentar estas deficiências, promovendo uma maior interligação das redes de energia, especialmente em regiões mais isoladas.

Em suma, apesar dos esforços para alcançar uma convergência política, persistem divergências significativas entre os EMs. A RFA, com a sua dependência prévia do gás russo, optou por uma diversificação intensiva no LNG, enquanto a Polónia adotou uma postura firme dado o boicote russo. A França, por sua vez, continua a sua aposta na energia nuclear, mantendo uma posição relativamente independente e apresentando reservas quanto ao desenvolvimento de projetos de interconectividade com a Península Ibérica. Estas diferentes abordagens expõem as tensões dentro do bloco europeu, dificultando um alinhamento total em matéria de política energética e criando pontos de atrito.

CONCLUSÃO

A análise mostra que existe uma convergência geral na política energética da UE, particularmente devido à proliferação de PCIs e PMIs, os quais priorizam a cooperação transfronteiriça em matéria energética através da construção de infraestruturas críticas interconectadas ao longo do continente. Estes projetos são fundamentais para reduzir a dependência em combustíveis fósseis e apoio às regiões mais isoladas, com investimentos no hidrogénio verde e em redes de energias renováveis no centro da estratégia europeia.

No entanto, existem pontos de divergência críticos entre os EMs. A RFA continua a apostar no aumento das suas capacidades de importação de LNG, podendo até “cortar as pernas” às metas climáticas a médio prazo, enquanto a França, com uma estratégia baseada no nuclear, resiste a uma maior integração do mercado interconectado para proteger a competitividade do seu setor energético. A relutância francesa em apoiar o projeto H2Med, que visa integrar a Península Ibérica na rede europeia de hidrogénio verde, exemplifica essa resistência. Essas divergências sugerem que, embora haja progresso evidente rumo a uma política energética mais unificada, os interesses nacionais ainda representam um entrave a uma integração mais profunda do bloco.

A invasão russa da Ucrânia em 2022 atuou como um catalisador para acelerar a transição energética da UE, resultando numa redução drástica da dependência de energia russa em poucos meses (RFA, por exemplo, reduziu as suas importações de gás russo de 37% para 8%). Este esforço destaca a urgência atribuída pelos EMs à necessidade de alcançar a independência energética do bloco e aumentar a quota de renováveis. Neste sentido, a expansão de projetos de energias renováveis, em particular do hidrogénio verde e dos campos energéticos *offshore*, serviram para acelerar a transição energética da UE. No entanto, vários desafios se mantêm, incluindo a dependência em LNG a curto prazo e o reabrir de centrais a carvão em alguns EMs, que podem complicar os balanços ecológicos a médio prazo. Tudo isto aponta para a complexidade em equilibrar as necessidades energéticas imediatas com os objetivos climáticos.

A ligação indissociável entre políticas climáticas e segurança energética é evidente. O investimento em renováveis não apenas reduz as importações energéticas, mas também fortalece a produção doméstica, levando a ganhos consideráveis em segurança energética. As políticas climáticas e a expansão de infraestruturas renováveis interconectadas contribuem para uma rede mais estável e resiliente a longo prazo, fundamental para diminuir a vulnerabilidade do mercado europeu e aumentar a capacidade de resposta a choques externos. Além disso, projetos como o REPowerEU e a aposta na diversificação dos fornecedores

demonstram a capacidade da UE de responder rapidamente às emergências energéticas, promovendo a resiliência do bloco.

A crise também expôs os desafios económicos que acompanham a transição energética, especialmente para os EMs com indústrias altamente dependentes de energia. O impacto no PIB da RFA e de outros países com maior exposição ao mercado russo foi significativo, mas a diversificação das fontes e o aumento de investimentos em renováveis ajudaram a mitigar os efeitos de curto prazo. Além disso, a expansão das redes de infraestruturas críticas, como o “Baltic Pipe” e o “North-South Gas Corridor”, reforçou a segurança energética dos EMs com maior exposição, contribuindo para a coesão energética do bloco.

O Triângulo de Weimar reflete esses desafios mais amplos da UE. Pelo que, embora, estes EMs partilhem objetivos comuns em matéria de apoio à Ucrânia e de redução das importações russas, as suas formas de atuação diferem. A RFA, toma uma posição cautelosa, contrastando com a Polónia, que apesar de estar igualmente dependência da energia russa, posiciona-se agressivamente a favor das sanções à Rússia. A França, originalmente com poucas importações russas, está mais livre de atuar, evoluindo numa tendência política a favor da Ucrânia.

Apesar das suas diferenças, o grupo tem participado de forma decisiva no alinhamento do discurso político europeu e na compreensão dos racionais das fações que representam mais amplamente no continente. As tensões entre estes demonstram que a cooperação política é essencial para o alcançar de qualquer tipo de estratégia energética unificada.

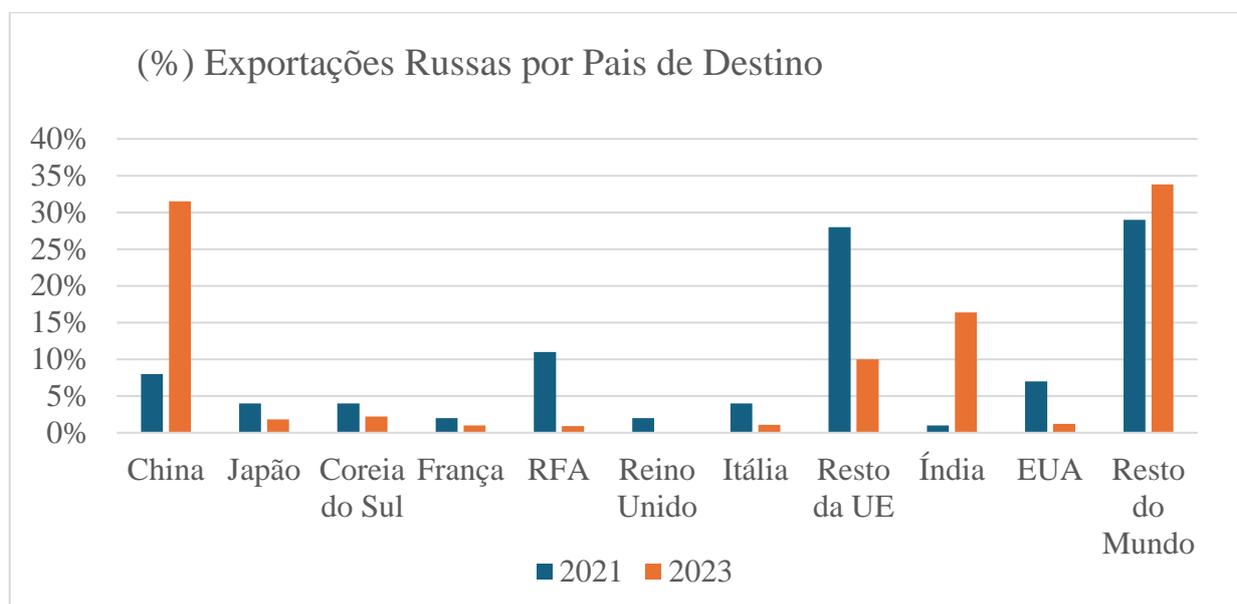
Para concluir, a UE está a progredir para uma estratégia energética unificada, embora haja divergências significativas entre os EMs. Neste sentido, a invasão russa da Ucrânia provou-se um acelerador da transição climática, apesar dos interesses nacionais continuarem a bloquear um verdadeiro sentido convergente no bloco. A conexão entre a evolução da política energética e a segurança energética reafirma a importância das energias renováveis para fomentar a estabilidade a longo prazo. O sucesso desta transição depende da capacidade dos EMs de colaborarem e de equilibrarem as suas necessidades energéticas com os objetivos climáticos da UE, posicionando a Europa como líder na transição climática e no reforço da sua segurança energética.

Numa pesquisa futura seria interessante abordar de forma mais profunda a relação entre a transição energética e a segurança energética europeia, dentro do contexto das políticas económicas e de reindustrialização a serem colocadas em movimento, dado o desenvolvimento da situação internacional e às opções associadas ao *decoupling* russo e *derisking* chinês.

Este tipo de estudo beneficiaria de uma abordagem interdisciplinar capaz de explorar a dinâmica económica e política da diversificação energética e contribuindo para um entendimento mais amplo da política energética europeia à medida que o novo contexto securitário vai maturando.

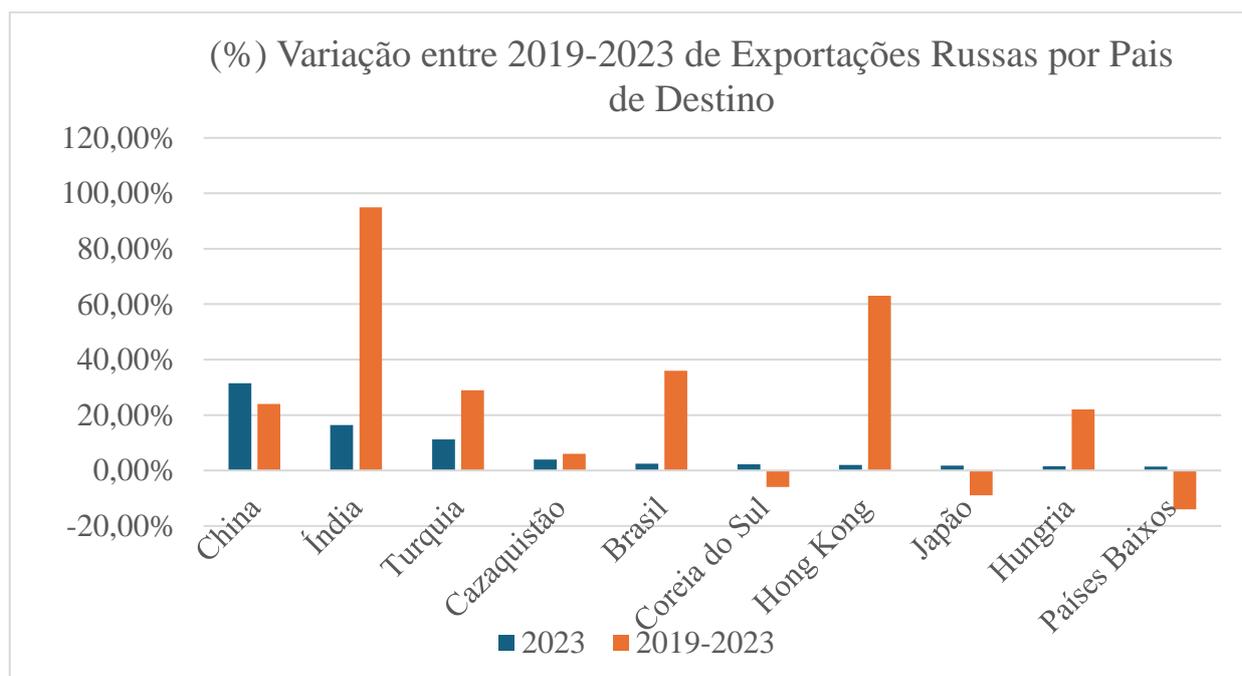
ANEXOS

Figura 1. – Alteração da quota de participação em exportações russas dos seus principais parceiros (2021): podemos notar a evidente quebra com o mercado europeu, e o crescimento da quota chinesa e indiana, em particular.



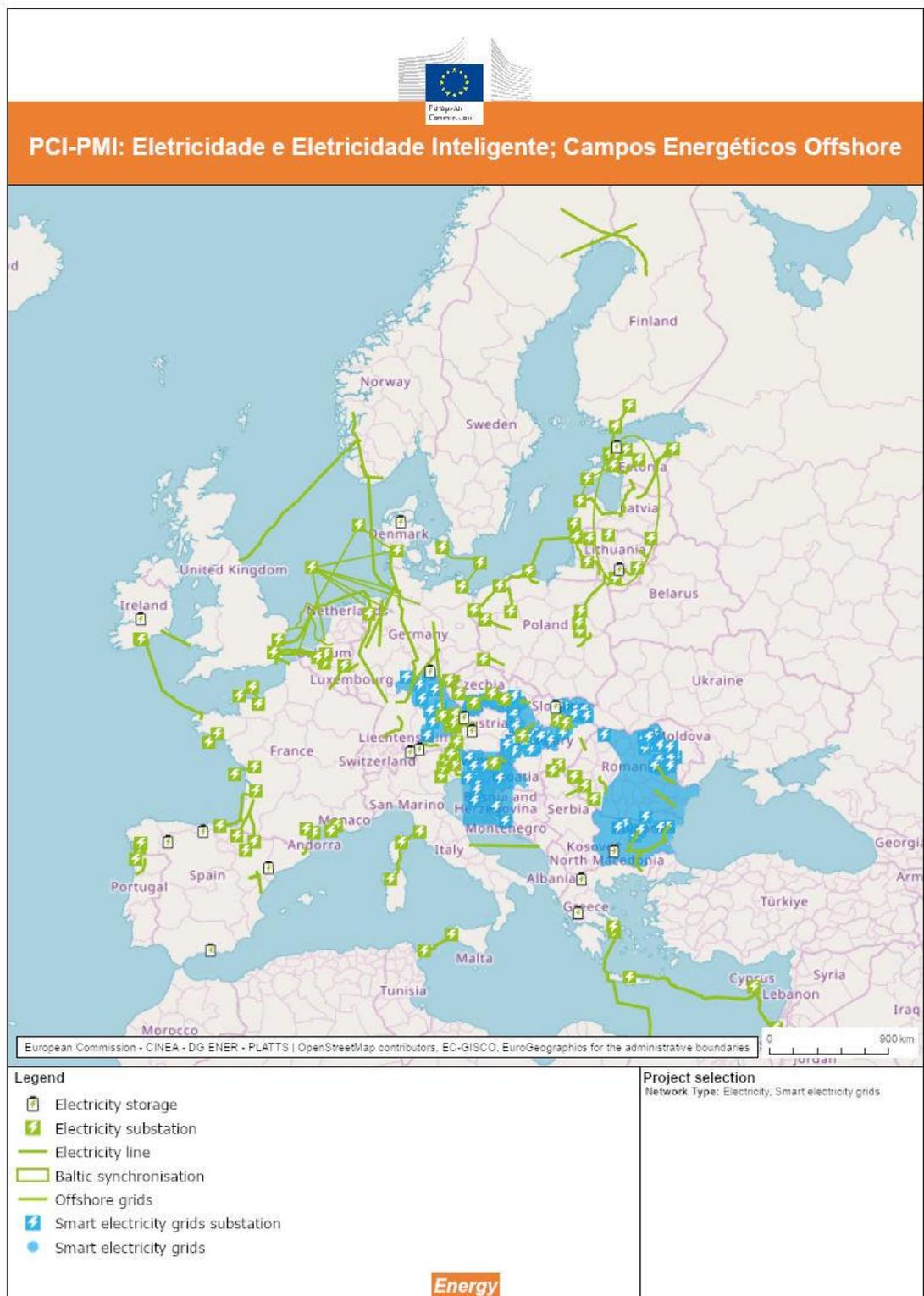
Fonte: Elaboração do autor, através de dados do IMF e International Trade Centre

Figura 2. – Variação entre 2019 e 2023 dos principais destinatários atuais (2023) de exportações russas: nota-se o crescimento astronómico do mercado asiático em geral, mas, também, um crescimento nas exportações para a Hungria, dada a manutenção da sua estratégia energética pré e pós-guerra.



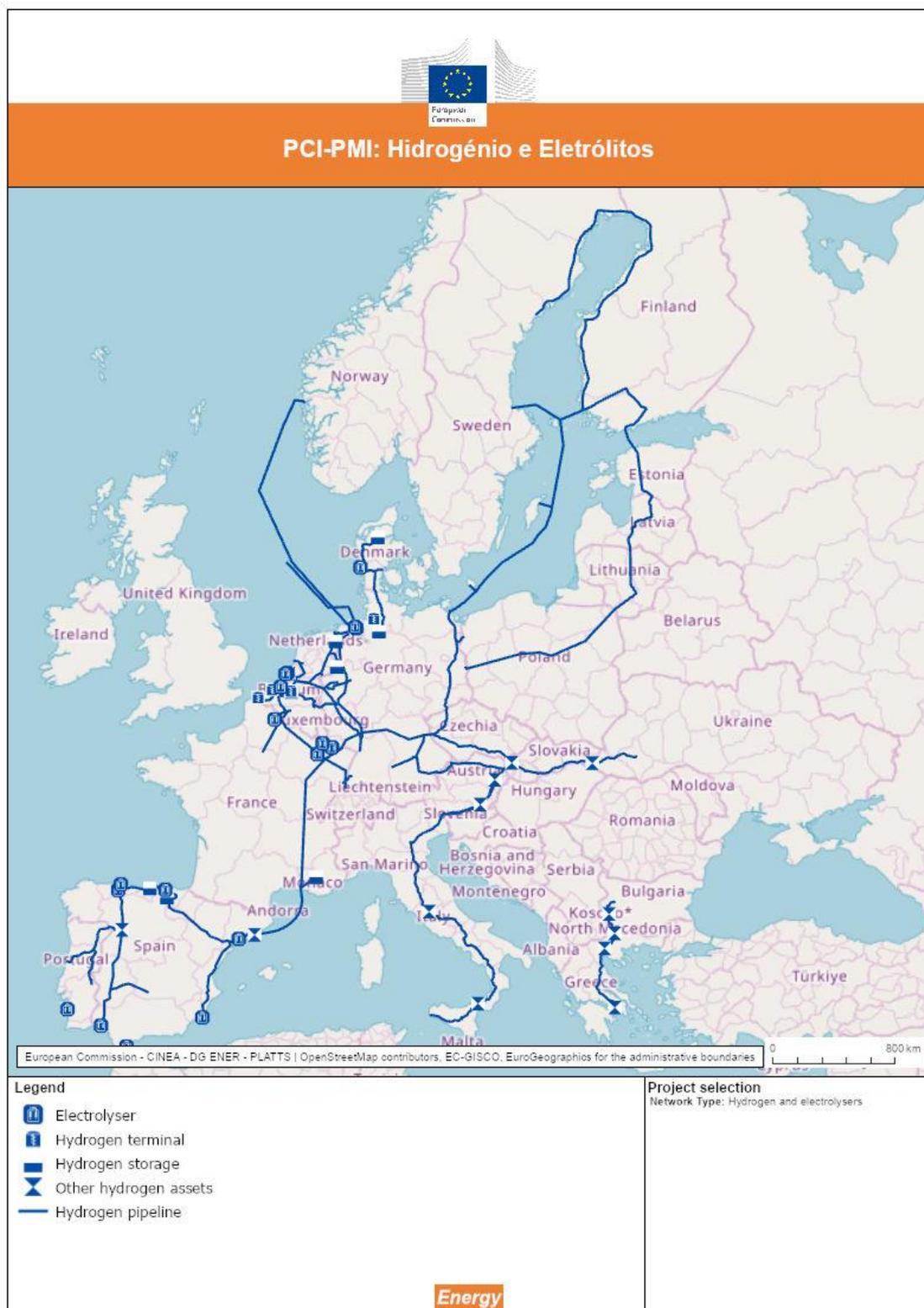
Fonte: Elaboração do autor, através de dados do IMF e International Trade Centre

Figura 3. – PCI-PMI: Eletricidade e Eletricidade Inteligente; Campos Energéticos *Offshore*: Figura mostra todos os projetos transfronteiriços europeus aprovados pela UE na área da eletricidade e renováveis, bem como a cadeia de substituição de *smart cables* que se iniciou em alguns EMs. É de salientar a interconectividade da rede e a utilização dos campos *offshore* (colocados na linha de costa ou em mar alto) enquanto pontos de interconectividade e produção.



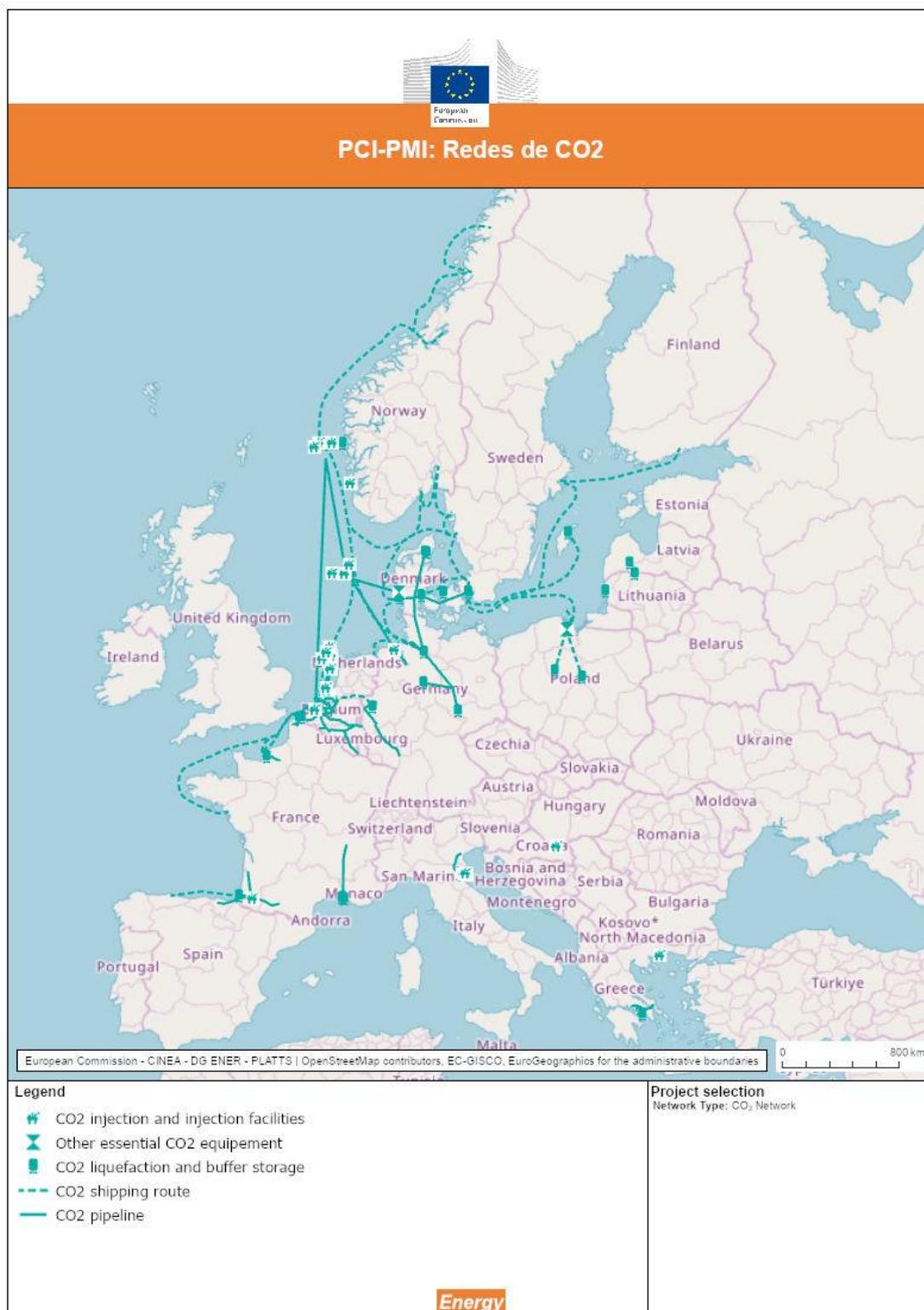
Fonte: Comissão Europeia

Figura 4. – PCI-PMI: Hidrogénio e Eletrólitos: A figura mostra os projetos da rede de Hidrogénio Verde atualmente aprovados pela UE, bem como terminais e eletrólitos associados. Importante notar a prevalências destes terminais nas linhas de costa aproveitando a mesma lógica de aposta nos campos *offshore* para a produção de hidrogénio verde antevendo-se a ligação com a rede de renováveis da Figura 1. Nota-se também a alta interconectividade entre os EMs, existindo ainda mais projetos, ainda não aprovados, de forma a aumentar este aspeto.



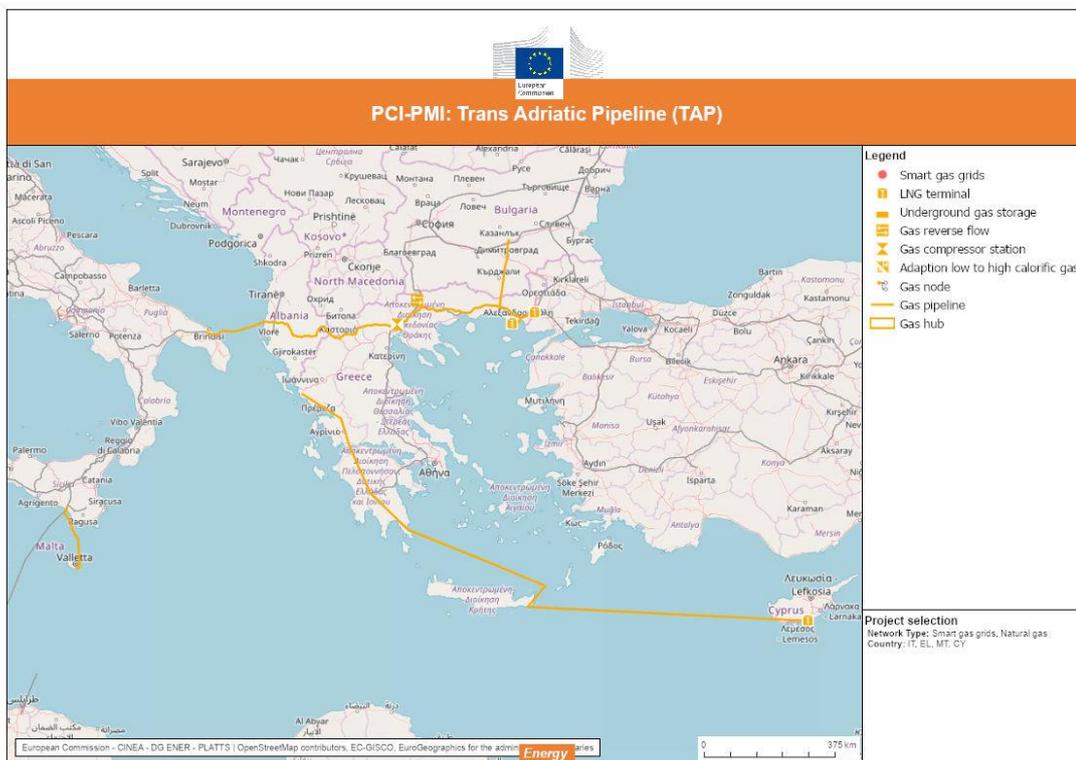
Fonte: Comissão Europeia

Figura 5. – PCI-PMI: Redes de CO2: A figura mostra a rede CO2 atualmente aprovada na UE com terminais e gasodutos associados. Existe ainda a possibilidade de adaptação dos gasodutos de gás natural para CO2 aumentando exponencialmente a sua integração na rede europeia. Nota-se, novamente, a utilização dos campos *offshore*, na linha de costa e alto mar, que interligados a rede de renováveis da Figura 1, enaltecem a real transversalidade dessa tecnologia.



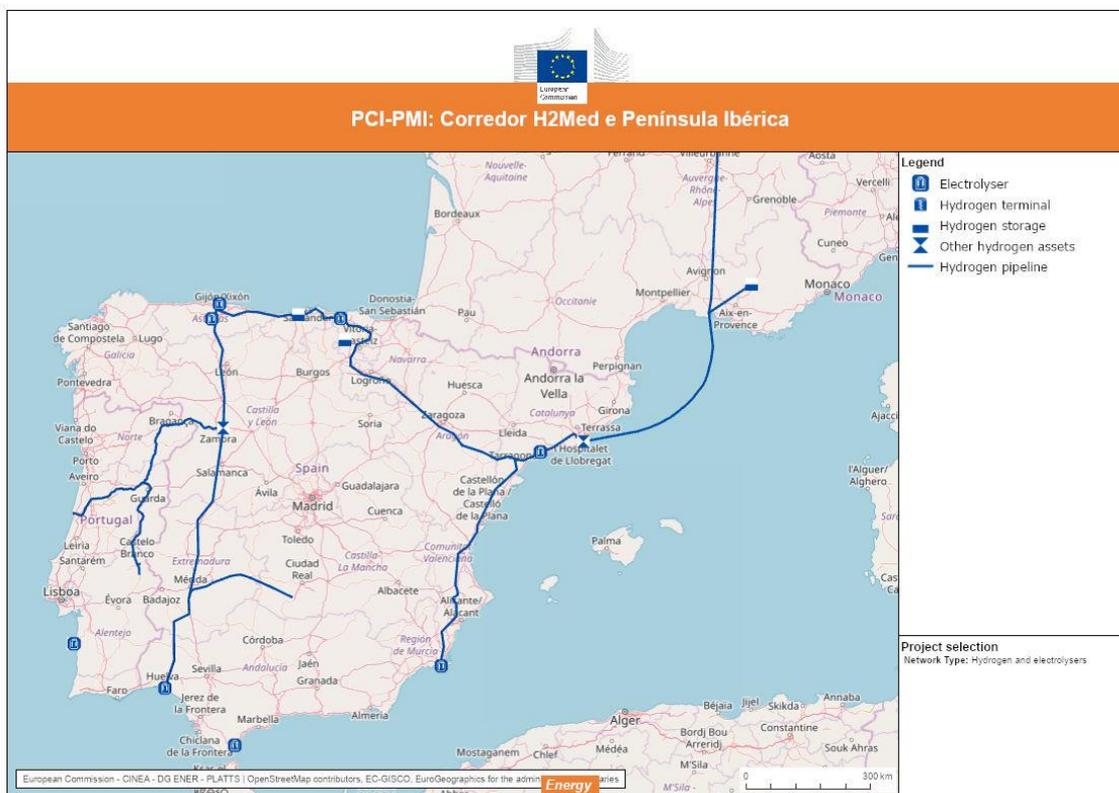
Fonte: Comissão Europeia

Figura 6. – PCI-PMI: Trans Adriatic Pipeline (TAP): Este projeto é basilar para a integração dos EMs mais energeticamente isolados da UE, Malta e Chipre, através de um projeto estabelecido no apoio à Itália, também com um grau de dependência de gás russo antes do eclodir da guerra na Ucrânia.



Fonte: Comissão Europeia

Figura 8. – PCI-PMI: Corredor H2Med e Península Ibérica: A única ligação proposta aprovada na UE interligação da rede de hidrogénio verde continental, com a Península Ibérica, atualmente contestada pela França devido à capacidade de exportação ibérica. Caso o segmento entre Marselha e Barcelona não seja aprovado, expecta-se que os EMs ibéricos não adirão à construção da infraestrutura do hidrogénio verde em geral, dado o grande investimento necessário sem o aproveitamento total do potencial do mesmo.



Fonte: Comissão Europeia

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aguiar, A., Chepeliev, M., Corong, E., McDougall, R. e van der Mensbrugghe, D. (2019). The GTAP database: Version 10. *Journal of Global Economic Analysis* 4(1):1–27.

Al-Karablieh, Y. (2022). Oil supply shock: The output impact of a European ban on Russian oil. Technical note, International Monetary Fund European Department.

Albrizio, S., Bluedorn, J. C., Koch, C., Pescatori, A., e Stuermer, M. (2022). Market size and supply disruptions: Sharing the pain of a potential Russian gas shut-off to the European Union. IMF Working Paper WP/22/143, International Monetary Fund Washington D.C.

Ansari, D. (2022). The Hydrogen Ambitions of the Gulf States: Achieving Economic Diversification While Maintaining Power. Berlin: SWP.

Ansari D., Grinschgl, J., e Pepe, J. M. (2022). Electrolysers for the Hydrogen Revolution. Berlin: SWP SWP Comment 57. doi.org/10.18449/2022C57.

Ari, A., Arregui, N., Black, S., Celasun, O., Iakova, D., M. Mineshima, A., Mylonasan, V., Parry I. W., Teodoru, I., e Zhunussova, K. (2022). Surging energy prices in Europe in the aftermath of the war: How to support the vulnerable and speed up the transition away from fossil fuels. IMF Working Paper WP/22/152, International Monetary Fund Washington D.C.

Bachmann, R., Baqaee, D., Bayer, C., Kuhn, M., Löschel, A., Moll, B., Peichl, A., Pittel, K., e Schularick, M. (2022). Wat if? The economic effects for Germany of a stop of energy imports from Russia. EconPol Policy Research 36, iFo Institute Munich.

Baker, S. R., Bloom, N., e Davis, S. J. (2016). Measuring economic policy uncertainty. *The Quarterly Journal of Economics*. 131(4):1593–1636.

Baqaee, D., Moll, B., Landais, C., e Martin, P. (2022). The economic consequences of a stop of energy imports from Russia. Focus 084-2022, Conseil d'Analyse Économique.

Baudu, P. e Goodman, S. (2023). Next Phase of the Anthropocene: The geopolitics of a decarbonized future in 2040. Körber-Stiftung. <https://koerber-stiftung.de/en/projects/the-berlin-pulse/2022-23-the-next-phase-of-the-anthropocene/>

Birol, F. citado em Sheppard D., Politi, J., and Seddon, M. (2022). IEA Chief Accuses Russia of Worsening Europe's Gas Crisis. *Financial Times*. perma.cc/GGY4-CKJ7

Bildt, C. (2018). Carl Bildt: Trump's JCPOA exit an "assault on Europe's sovereignty". Tehran Times. <https://www.tehrantimes.com/news/423537/Carl-Bildt-Trump-s-JCPOA-exit-an-assault-on-Europe-s-sovereignty>

Blas, J. (2022a). Let's Talk about Russia's Other Gas Export Bonanza. Bloomberg. perma.cc/V596-WWVS

Blas, J. (2022b). What the New 'Saudi First' Policy Means for Oil and Power. Bloomberg. perma.cc/9PC3-9KGZ

Breton, T. (2020). Europe: The Keys to Sovereignty. https://ec.europa.eu/commission/commissioners/2019-2024/breton/announcements/europe-keys-sovereignty_en

Breton, T. e Gentolini, P. (2022). Germany's Latest Response to Energy Crisis Raises Question. Irish Times. perma.cc/DN6Z-XGZL

Brower, D. e Sheppard, D. (2022). The Week That Could Unravel the Global Oil Market. Financial Times. perma.cc/4P32-5B3K

Brown, A. e Grünberg, N. (2022). China's Nascent Green Hydrogen Sector: How Policy Research and Business Are Forging a New Industry. Berlin: MERICS, MERICS China Monitor 77. perma.cc/UVS3-2L6X

Brown, S. e Yucel, M. (2013). The Shale Gas and Tight Oil Boom: U.S. States' Economic Gains and Vulnerabilities. Council on Foreign Relations.

Cahill, B. (2023). Progress Report on EU Embargo and Russian Oil Price Cap. Washington, D.C.: CSIS Critical Questions. perma.cc/7L7U-JRL4

Calabrese, J. (2022). China-Middle East Engagement Amid Slow Growth. Washington, D.C.: Middle East Institute. perma.cc/3XCL-7Y66

Cadier, D. e Quencez M. (2023). France's Policy Shift on Ukraine's NATO Membership. War on the Rocks. <https://warontherocks.com/2023/08/frances-policy-shift-on-ukraines-nato-membership/>

Centre for Research on Energy and Clean Air (CRECA) (2022). Payments to Russia for Fossil Fuels Since 24 February 2022. Helsinki: Centre for Research on Energy and Clean Air. perma.cc/4SS8-M7XK

Chepeliev, M., Hertel, T., e van der Mensbrugge D. (2022). Cutting Russia's fossil fuel exports: Short-term economic pain for long-term environmental gain. World Economy, Forthcoming.

Château, J., Rojas-Romagosa, H., e Thube, S., van den Mensbrugge, D. (2023). "The IMF-ENV model: A technical overview" Version 1.01. Research Department International Monetary Fund. Forthcoming.

Cohen, A. (2022). India, the Rising Power, Is Seeking Oil From the Middle East and Russia. Forbes. perma.cc/47HB-SYYG

Cooban, A. e Pavlova, U. (2022). Russia Threatens to Cut Supply of Gas Through Ukraine. CNN Business. perma.cc/86C9-LB6N

Cooper, C., Hernandez, A., e Jack, V. (2022). EU Agrees on Gas Price Cap, Skeptics Denounce It As an 'Illusion'. Politico. perma.cc/4TLX-CBY8

Corbeau, A.-S. e Rivota, D. Rivera (2022). Q&A: Why Under-the-Radar Russian LNG Exports Matter. New York: Columbia University School of International and Public Affairs Center on Global Energy Policy. perma.cc/3PUT-E5FK

Corbeau, A.-S. e Yan, S. (2022). Implications of China's Unprecedented LNG-Contracting Activity. New York: Columbia University School of International and Public Affairs Center on Global Energy Policy. perma.cc/LV93-MKHX

Czaputowicz, J. (2022). Overcoming German Ambiguity. Körber-Stiftung. <https://koerberstiftung.de/en/projects/the-berlin-pulse/2022-23-overcoming-german-ambiguity/>

Demarais, A. (2022). Russia Will Lose the Energy War Putin Started. Politico. perma.cc/28GM-Z7ML

Dennison, S. e Zerka, P. (2022). Tracking Europe's Energy Security: Four Lessons From the EU's New Energy Deals. n.a.: ECFR. perma.cc/YL9J-9QBU

Di Bella, G., Flanagan, M. J., Foda, K., Maslova, S., Pienkowski, A., Stuermer, M., e Toscani, F. G. (2022). Natural gas in Europe: The potential impact of disruptions to supply. IMF Working Paper WP/22/145, International Monetary Fund Washington D.C.

DGAP (2015). Europe's Energy Security and Russian Gas Supplies. DGAP – German Council on Foreign Relations. <https://dgap.org/en/events/europes-energy-security-and-russian-gas-supplies>

Dolphin, G., Duval R., Rojas-Romagosa, H., e Sher, G. (2024). Secure Energy in Europe's Green Transition. European and Research Departments. Departmental paper. International Monetary Fund. Forthcoming.

Draghi, M. (2019). Speech on the award of Laurea honoris causa in law from Università degli Studi di Bologna. Bologna. <https://www.ecb.europa.eu/press/key/date/2019/html/ecb.sp190222~fc5501c1b1.en.html>

DW (2023). Ukraine updates: France to send 'light tanks'. DW. <https://www.dw.com/en/ukraine-updates-france-to-send-light-tanks/a-64281700>

DW (2024). Ukraine updates: Germany Poland France meet on Ukraine. DW 12/02. <https://www.dw.com/en/ukraine-updates-germany-poland-france-meet-on-ukraine/live-68230994>

DW (2024b). Germany France Poland seek unity on Ukraine support. DW 15/03. <https://www.dw.com/en/germany-france-poland-unite-for-ukraine-support-strategy/a-68536141>

Economist, The (2022). Europe Faces an Enduring Crisis of Energy and Geopolitics. The Economist. perma.cc/N73E-5PLW.

Economist, The (2023). Why the West's oil sanctions on Russia are proving to be underwhelming. Article, February 1st.

Entendimento, Memorando de (2015). on the Establishment of a High Level Group on Interconnections for South-West Europe. Comissão Europeia, França, Espanha, e Portugal. 15 de junho de 2015.

Étrangères, Ministère De L'Europe Et Des Affaires (2024). A Weimar Agenda for a strong, geopolitical European Union (Weimar, 22 May 2024) - Ministry for Europe and Foreign Affairs. Ministère De L'Europe Et Des Affaires Étrangères, [diplomatie.gouv.fr. https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/germany/the-weimar-triangle/article/a-weimar-agenda-for-a-strong-geopolitical-european-union-weimar-22-may-2024](https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/germany/the-weimar-triangle/article/a-weimar-agenda-for-a-strong-geopolitical-european-union-weimar-22-may-2024)

eunews (2024). Ukraine has the unanimous support of the "Weimar Triangle". eunews. <https://www.eunews.it/en/2024/03/15/weimar-triangle-between-scholz-tusk-macron-restarts-on-unanimous-support-for-kyiv-also-on-weapons/>

EWI (2022). Developments in the global gas markets up to 2030. Final Report Energy Economics Institute at the University of Cologne (EWI).

Farrand, A. (2022). Against the Flow: Europe's Role in Kickstarting Algeria's Green Transition. n.a.: ECFR, Policy Brief. perma.cc/3J8K-QEHM

Fix, L. (2022). On the Ukraine War, Germany Has a Leadership Problem. Here's Why. Council on Foreign Relations. <https://www.cfr.org/in-brief/ukraine-war-germany-has-leadership-problem-heres-why>

Finanzen, Bundesministerium D. (2023). Joint press conference at the end of the Weimar Triangle meeting. 27 de junho de 2023. <https://www.bundesfinanzministerium.de/Content/EN/Video/2023/2023-06-27-Weimar-Triangle-meeting-Press-conference/2023-06-27-weimar-triangle-meeting-press-conference.html>

Gabuev, A. (2022). China's New Vassal: How the War in Ukraine Turned Moscow Into Beijing's Junior Partner. Foreign Affairs. perma.cc/9TDL-9XLQ

Goldthau, A. (2019). Global Energy in Transition: How the EU Should Navigate New Realities and Risks. DGAP – German Council on Foreign Relations. <https://dgap.org/en/research/publications/global-energy-transition>

Goldthau, A. e Sitter, N. (2022). Whither the Liberal European Union Energy Model? The Public Policy Consequences of Russia's Weaponization of Energy. *EconPol Forum* (2022) 23:6, 4–7. perma.cc/PQ3E-KJKB 5

Gritz, A. e Wolff, G. (2022). Gas and Energy Security in Germany and Central and Eastern Europe. DGAP – German Council on Foreign Relations. <https://dgap.org/en/research/publications/gas-and-energy-security-germany-and-central-and-eastern-europe>

Guardian, The (2024). German, French and Polish leaders make joint show of unity over Ukraine | Germany. The Guardian. <https://www.theguardian.com/world/2024/mar/15/german-french-and-polish-leaders-hold-emergency-meeting-on-ukraine>

Hassan, H. e Rozansky, R. (2024). Europe Gas Tracker 2024. Global Energy Monitor. <https://globalenergymonitor.org/report/europe-gas-tracker-2024/>

Hammelehle, J., Kabus, J., e Eisentraut, S. (2021). Power Shifts,” in Tobias Bunde et al. Munich Security Report 2021: Between States of Matter – Competition and Cooperation. Munich: Munich Security Conference, 2021, 100–111, 106-109.

Humpert, M. (2022). Russia's Novatek to Use Closer Ties With UAE to Secure Key Technology for Arctic LNG Project. High North News. perma.cc/SV38-Q9Q5

IEA (2021). The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions. Paris: IEA. <https://www.iea.org/reports/the-role-of-critical-minerals-in-clean-energy-transitions> 11–12, 162.

IEA (2022a). World Energy Outlook 2022. perma.cc/6T2W-28SZ, 19, 29-30, 33, 35, 57, 259, 387.

IEA (2022b). Gas Market Report, Q4-2022. Paris: IEA. perma.cc/AJ6K-Z9H6, 23–26.

IEA (2022c). World Energy Outlook 2022: Launch Presentation. Paris: IEA, On Russia's costs for its energy war.

IEA (2022d). Electrolysers: More Efforts Needed. Paris: IEA. perma.cc/5MYR-T9BD.

IEA (2022e). Critical Minerals Policy Tracker. Paris: IEA. perma.cc/74EZ-4XRE

IEA (2022f). Special Report on Solar PV Global Supply Chains. 9.

IMF (2022). World Economic Outlook: Countering the Cost-of-Living-Crisis. Washington, D.C.: IMF. www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/10/11/world-economic-outlook-october-2022

IRENA (2022). Geopolitics of the Energy Transformation: The Hydrogen Factor. Abu Dhabi: IRENA. perma.cc/22WM-K4RX 45–53

Juncker, J.-C. (2018). State of the Union 2018. The Hour of European Sovereignty. Brussels, 2018. https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/soteu2018-speech_en_0.pdf

Janning, J. (2024). Your Turn, Berlin: A German Strategy for Europe. DGAP. <https://dgap.org/en/research/publications/your-turn-berlin-german-strategy-europe>

Khakova, O. (2022). Lesson for the Energy Sector: Decades of Energy Diplomacy Can Disappear With One Brutal Invasion. Six Months, Twenty-Three Lessons: What the World Has Learned From Russia's War in Ukraine. Washington, D.C.: Atlantic Council. perma.cc/GUS7-K8NT

Leruth, L. (2022). Green Energy Depends on Critical Minerals. Who Controls the Supply Chains? Washington, D.C.: PIIE, Working Paper 12. perma.cc/QC4U-RTAT

Macron, E. (2017a). Discours du Président de la République, à la Pnyx Athens, 7 September 2017. <https://www.elysee.fr/front/pdf/elysee-module-786-fr.pdf>

Macron, E. (2017b). Initiative for Europe: A sovereign united democratic Europe. 26 September 2017. <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/europe/president-macron-s-initiative-for-europe-a-sovereign-united-democratic-europe/>

Madrid, Declaração de (2015). Energy Interconnections Links Summit. Espanha, França, Portugal, Comissão Europeia, e EIB. Madrid, Spain. 4 de março de 2015.

McWilliams, B., Tagliapietra, S., e Zachmann, G. (2022). “Will the European Union Price Cap on Russian Oil Work?” Brussels: Bruegel, Blog. perma.cc/53X6-SKE7

Merkel, A. (2019). Speech by Federal Chancellor Dr. Angela Merkel opening the 14th Annual Meeting of the Internet Governance Forum in Berlin. <https://www.bundesregierung.de/breg-en/news/speech-by-federal-chancellor-dr-angela-merkel-opening-the-14th-annual-meeting-of-the-internet-governance-forum-in-berlin-on-26-november-2019-1701494>

Merkel, A. (2020). Germans kick off their EU presidency with big plans for research and education. <https://sciencebusiness.net/news/germans-kick-their-eu-presi-dency-big-plans-research-and-education>

Monde, Le (2024). On Ukraine, France and Germany can't agree to speak with one voice. Le Monde. https://www.lemonde.fr/en/international/article/2024/03/11/on-ukraine-france-and-germany-can-t-agree-to-speak-with-one-voice_6605944_4.html

Monitor, Global Energy (Global Energy) (2024). Global Nuclear Power Tracker. Global Energy Monitor. <https://globalenergymonitor.org/projects/global-nuclear-power-tracker/>

MSC (2013). Energy Security: How to Feed and Secure the Global Demand, Is our energy supply still safe? Munich Security Conference, 2013. <https://securityconference.org/en/news/full/is-our-energy-supply->

[still-safe-the-frankfurter-allgemeine-forum-and-the-msc-hosted-their-first-joint-conference-on-the-subject-of-energy-security/](#)

MSC (2014). The crisis in Ukraine, the shale revolution in the US, and EU energy security. Munich Security Conference, 2014. <https://securityconference.org/en/news/full/the-crisis-in-ukraine-the-shale-revolution-in-the-us-and-eu-energy-security/>

MSC (2016). Food for Thought: “Strengthening, Not Politicizing Global Energy Markets”. Munich Security Conference, 2016. <https://securityconference.org/en/news/full/food-for-thought-strengthening-not-politicizing-global-energy-markets/>

MSC (2023). Energy Security: Refueled. Munich Security Conference, 2023. <https://securityconference.org/en/publications/munich-security-report-2023/energy-security/>

Nakano, J. (2021). The Geopolitics of Critical Minerals Supply Chains. Washington, D.C.: CSIS. perma.cc/PUT9-TFHH

Nakano, J. (2022). China Unveils Its First Long-Term Hydrogen Plan. Washington, D.C.: CSIS, Commentary. perma.cc/77MJ

News, USNI (USNI) (2023). France, Germany not Doing Enough to Support Ukraine Says Poland’s PM. USNI News. <https://news.usni.org/2023/04/14/france-germany-not-doing-enough-to-support-ukraine-says-polands-pm>

Обращение Президента Российской Федерации (Moscow) (2022). Moscow. <http://kremlin.ru/events/president/news/67828>

Ouki, M. (2022). African Gas Supplies to Europe: Between Hopes and Hard Realities. Oxford: The Oxford Institute for Energy Studies, Oxford Energy Comment. perma.cc/G7GL-FUEN

Pagung, S. (2021). Caught in Domestic Politics: German-US Talks on a Nord Stream 2-Deal. DGAP – German Council on Foreign Relations. <https://dgap.org/en/research/publications/caught-domestic-politics>

Patonia, A. (2022). How Its War on Ukraine Killed Russia’s Hydrogen Ambitions. n.a.: GMF, Policy Paper. perma.cc/ZDU5-HU9G

Pe’er, I., Graham, N., e Bhusari, M. (2022). Strengthening Ties: China and the GCC. Washington, D.C.: Atlantic Council. perma.cc/26GE-4NUP

Picciariello, A. (2022). Navigating Energy Transitions: Mapping the Road to 1.5°C. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development. perma.cc/M7ZP-YGDV, 32–37.

PISM (2024). The Weimar Triangle and The Future Security Order in Europe. PISM. <https://pism.pl/publications/the-weimar-triangle-and-the-future-security-order-in-europe>

POLITICO (2022). Polish president accuses Germany of breaking promises on tanks for Ukraine. POLITICO. <https://www.politico.eu/article/polish-president-accuses-germany-of-breaching-promises-on-ukraine-related-tank-deliveries/>

POLITICO (2023). ‘Not as generous’: Polish leader hits Germany over Ukraine support. POLITICO. <https://www.politico.eu/article/poland-prime-minister-mateusz-morawiecki-germany-ukraine-support-not-generous/>

POLITICO (2024a). Germany’s Ukraine policy is incoherent for a reason. POLITICO. <https://www.politico.eu/article/germanys-ukraine-policy-is-incoherent-for-a-reason/>

POLITICO (2024b). Macron wants to lead Europe on Ukraine. France may not let him. POLITICO. <https://www.politico.eu/article/macron-wants-to-lead-on-ukraine-but-france-might-not-let-him/>

Portugal, Governo de (2022). Portugal Espanha e França apresentam plano de interligações energéticas para hidrogénio verde. 20 de outubro de 2022.

Público (2024). Ligações energéticas: França levanta problemas, diz ministra. 10 de julho de 2024. <https://www.publico.pt/2024/07/10/economia/noticia/ligacoes-energeticas-franca-levanta-problemas-ministra-2097141>

Regulamento 2022/869. Regulamento (EU) N° 2022/869. O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia. 30 de maio de 2022. relativo às orientações para as infraestruturas energéticas transeuropeias, que altera os Regulamentos (CE) n° 715/2009, (UE) 2019/942 e (UE) 2019/943 e as Diretivas 2009/73/CE e (UE) 2019/944 e que revoga o Regulamento (UE) n° 347/2013. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32022R08697>

Rogas-Romagosa, H. (2024). Medium-term Macroeconomic Effects of Russia’s War in Ukraine and How it Affects Energy Security and Global Emission Targets. IMF Working Papers.

Romanova, T. (2022). European Union’s Strategic Sovereignty: What Russia Makes of it, Based on its Historical Experience. European Security How Policy-Relevant is History? Körber-Stiftung. <https://koerberstiftung.de/en/projects/koerber-history-forum/e-paper-european-security-and-history-tatiana-romanova/>

Rumley, G. (2022). China’s Security Presence in the Middle East: Redlines and Guidelines for the United States. Washington, D.C.: The Washington Institute for Near East Policy. perma.cc/ZE8G-4DND

Sgaravatti, G., Tagliapietra, S. e Trasi, C. (2022). National Energy Policy Responses to the Energy Crisis. Brussels: Bruegel. perma.cc/5C6B-6ZWA

Sgaravatti, G., Tagliapietra, S. e Zachmann, G. (2022). National Fiscal Policy Responses to the Energy Crisis. Brussels. perma.cc/JT7T-M29L

Sheppard, D., Politi, J. e Seddon, M. (2022). IEA Chief Accuses Russia of Worsening Europe's Gas Crisis. Financial Times.

Swanson, A., e Buckley, C. (2022). Red Flags for Forced Labor Found in China's Car Battery Supply Chain. The New York Times. <https://perma.cc/TJ8T-SSTR>

Thompson, H. (2022). Disorder: Hard Times in the 21st Century. New York: Oxford University Press, 2022, 91. 271–272

Tran, H. (2022). Our Guide to Friend-Shoring: Sectors to Watch. Washington, D.C.: Atlantic Council, Issue Brief. perma.cc/ZF23-PKUB

Tsafos, N. (2021). A New Chapter in U.S.-China LNG Relations. Washington, D.C.: CSIS. perma.cc/CRC9-KSJ4

U.S.-China Economic and Security Review Commission (USCESRC) (2022). 2022 Report to Congress of the U.S.-China Economic and Security Review Commission. Washington, D.C.: U.S.-China Economic and Security Review Commission. perma.cc/RXP3-Y3DF 270-272

Vestager, M. (2020). Digital sovereignty in the age of pandemics. Brussels, 2020. <https://cerre.eu/events/digital-sovereignty-covid19-vestager/>

Von der Leyen, U. (2020). Shaping Europe's digital future: op-ed. Brussels. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/AC_20_260

World Economic Outlook (IMF) (2022). Washington DC: IMF. www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2022/10/11/world-economic-outlook-october-2022